



Edna da Silva Santos



EDUCAÇÃO INCLUSIVA: NO CONTEXTO SOCIAL, EDUCACIONAL E MORAL, NA LUTA PELA IGUALDADE, UNINDO ESCOLA E SOCIEDADE



SÃO PAULO | 2025



Edna da Silva Santos



EDUCAÇÃO INCLUSIVA: NO CONTEXTO SOCIAL, EDUCACIONAL E MORAL, NA LUTA PELA IGUALDADE, UNINDO ESCOLA E SOCIEDADE



SÃO PAULO | 2025

1.ª edição

Edna da Silva Santos

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: NO CONTEXTO SOCIAL,
EDUCACIONAL E MORAL, NA LUTA PELA IGUALDADE,
UNINDO ESCOLA E SOCIEDADE**

ISBN 978-65-6054-158-0



Edna da Silva Santos

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: NO CONTEXTO SOCIAL, EDUCACIONAL
E MORAL, NA LUTA PELA IGUALDADE, UNINDO ESCOLA E
SOCIEDADE

1.^a edição

SÃO PAULO
EDITORAR ARCHÉ
2025

Copyright © dos autores e das autoras.

Todos os direitos garantidos. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado. Este trabalho está licenciado com uma Licença *Creative Commons Internacional* (CC BY- NC 4.0).



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

S237e Santos, Edna da Silva.
Educação inclusiva [livro eletrônico] : no contexto social, educacional e moral, na luta pela igualdade, unindo escola e sociedade / Edna da Silva Santos. – São Paulo, SP: Arché, 2025.
184 p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-6054-158-0

1. Educação inclusiva. 2. Inclusão social. 3. Pessoas com deficiência. I. Título.

CDD 371.9

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Revista REASE chancelada pela Editora Arché.

São Paulo- SP

Telefone: +55 55(11) 5107-0941

<https://periodicorease.pro.br>

[contato@periodicorease.pro.br](mailto: contato@periodicorease.pro.br)

1^a Edição- *Copyright*® 2025 dos autores.

Direito de edição reservado à Revista REASE.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do (s) seu(s) respectivo (s) autor (es).

As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referenciais bibliográficos são prerrogativas de cada autor (es).

Endereço: Av. Brigadeiro Faria da Lima n.º 1.384 — Jardim Paulistano.

CEP: 01452 002 — São Paulo — SP.

Tel.: 55(11) 5107-0941

<https://periodicorease.pro.br/rease>

contato@periodicorease.pro.br

Editora: Dra. Patrícia Ribeiro

Produção gráfica e direção de arte: Ana Cláudia Néri Bastos

Assistente de produção editorial e gráfica: Talita Tainá Pereira Batista

Projeto gráfico: Ana Cláudia Néri Bastos

Ilustrações: Ana Cláudia Néri Bastos e Talita Tainá Pereira Batista

Revisão: Ana Cláudia Néri Bastos e Talita Tainá Pereira Batista

Tratamento de imagens: Ana Cláudia Néri Bastos

EQUIPE DE EDITORES

EDITORIA- CHEFE

Dra. Patrícia Ribeiro, Universidade de Coimbra- Portugal

CONSELHO EDITORIAL

Dr. João Tomaz da Silva Borges- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Doutorando. Avaeté de Lunetta e Rodrigues Guerra- Universidad del Sol do Paraguai-PY

Me. Victorino Correia Kinham- Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul-Angola

Me. Andrea Almeida Zamorano- SPSIG

Esp. Ana Cláudia N. Bastos- PUCRS

Dr. Alfredo Oliveira Neto, UERJ, RJ

PhD. Diogo Vianna, IEPA

Dr. José Fajardo- Fundação Getúlio Vargas

PhD. Jussara C. dos Santos, Universidade do Minho

Dra. María V. Albardonedo, Universidad Nacional del Comahue, Argentina

Dra. Uaiana Prates, Universidade de Lisboa, Portugal

Dr. José Benedito R. da Silva, UFSCar, SP

PhD. Pablo Guadarrama González, Universidad Central de Las Villas, Cuba

Dra. Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela, Venezuela

Dra. Sandra Moitinho, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Eduardo José Santos, Universidade Federal do Ceará,

Dra. Maria do Socorro Bispo, Instituto Federal do Paraná, IFPR

Cristian Melo, MEC

Dra. Bartira B. Barros, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Roberto S. Maciel- UFBA

Dra. Francine de Souza, Universidade de Aveiro-Portugal

Dr. Paulo de Andrade Bittencourt – MEC

PhD. Aparecida Ribeiro, UFG

Dra. Maria de Sandes Braga, UFTM

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores se responsabilizam publicamente pelo conteúdo desta obra, garantindo que o mesmo é de autoria própria, assumindo integral responsabilidade diante de terceiros, quer de natureza moral ou patrimonial, em razão de seu conteúdo, declarando que o trabalho é original, livre de plágio acadêmico e que não infringe quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros. Os autores declaram não haver qualquer interesse comercial ou irregularidade que comprometa a integridade desta obra.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Editora Arché declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art.º. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *ecommerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

DEDICATÓRIA

Dedico esta conquista profissional a Deus, que me deu luz e sabedoria na minha vida para alcançar meus objetivos. E a todos os professores que fizeram parte deste processo de aprendizagem e conhecimento, nas aulas se dedicaram com paciência e com palavras de motivação, incentivando-nos para nunca desistir dos nossos sonhos.

AGRADECIMENTOS

A minha família, por ter me apoiado nesta nova conquista acadêmica;

O Ronaldo e Andrea, que nos acompanharam nestes últimos dois anos, presenciando nossos medos, angústias e incertezas diante das dificuldades que apareciam, mas sempre apoiando e motivando a turma para que não desistíssemos.

O George (namorado), que, com toda paciência, soube compreender minhas ausências;

A Raquel e Poliana (amigas), minhas companheiras de curso, que contribuíram muito nesta conquista;

A todos que fizeram parte desta turma de mestrado do pólo de Brejo da Madre de Deus, que unidos tínhamos o apoio um do outro para chegar ao final do curso;

E a todos os profissionais e colegas de trabalho que me receberam com todo carinho e atenção para conclusão das minhas pesquisas.

A consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado inscrevem necessariamente o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca (...). (Freire, 1997, p.64)

RESUMO

É através da inclusão social que a escola vem se adaptando para compreender as dificuldades e atender as necessidades do educando neste processo de transformação que visa à realidade a serviço da comunidade, onde tanto os órgãos públicos como os privados têm grande referência para a inclusão a serviço da escola. Mediante o objetivo de mostrar o processo de inclusão social a serviço da educação, em especial às pessoas com deficiências, visando uma pesquisa bibliográfica participativa para melhoria da educação básica, que terá a influência de buscar autores que abordam sua realidade a serviço dos seus direitos, onde, tanto a relação inclusão e exclusão terão grande importância para o desenvolvimento metodológico, buscando direcionar um olhar crítico, transformador para o futuro promissor numa educação igualitária sem preconceito unindo escola, família e sociedade. Dessa forma, compreende-se que a inclusão deva ser pauta para qualquer discussão que permeie os aspectos sociais, educacionais e

moraes. Nesse ínterim, busca-se entender como é afetada a relação do ser humano com necessidades especiais e sua relação com as necessidades diversas surgidas na própria sociedade. Esta pesquisa analisará de forma paritária a educação inclusiva. Buscar desenvolver aspectos que fomentem a colaboração da reflexão sobre a educação inclusiva em contextos que instiguem a autocrítica sobre o processo de desenvolvimento de inclusão de equipamentos escolares que possibilitem a inserção das pessoas com necessidades especiais e que não deixem brechas para a exclusão conseguir inverter o que há anos vem sendo galgado para que os com deficiência tenha liberdade e o direito a esta.

Palavras-chaves: Inclusão. Escola. Pessoas. Deficiências.

ABSTRACT

It is through social inclusion that the school has been adapting to understand the difficulties and meet the needs of the student in this process of transformation that aims at reality at the service of the community, where both public and private agencies have a great reference for inclusion at the service of the school. With the objective of showing the process of social inclusion at the service of education, especially for people with disabilities, aiming at a participatory bibliographic research for the improvement of basic education, which will have the influence of seeking authors who address their reality at the service of their rights, where both the relationship between inclusion and exclusion will be of great importance for methodological development, seeking to direct a critical, transformative look at the promising future in an egalitarian education without prejudice uniting school, family and society. Thus, it is understood that inclusion should be the agenda for any discussion that permeates social aspects, education, and

moral. In the meantime, it seeks to understand how the relationship of human beings with special needs and their relationship with the diverse needs arising within society itself is affected. This research seeks to analyze inclusive education in a parity way. Seek to develop aspects that foster collaboration and reflection on inclusive education in contexts that instigate self-criticism about the process of development and inclusion of school equipment that enable the insertion of people with special needs and that do not leave gaps so that exclusion can reverse what has been achieved for years so that people with disabilities have freedom and the right to it.

Keywords: Inclusion. School. People. Deficiencies.

RESUMEN

Es a través de la inclusión social que la escuela se ha adaptado a entender las diferentes y satisfacer las necesidades del estudiante en este proceso de transformación que tiene como objetivo la realidad servicio a la comunidad, donde tanto los organismos públicos y les priva de la gran referencia para tener incluyendo el servicio de la escuela. Por el objetivo de mostrar el proceso de inclusión social del servicio de la educación, en particular las personas con discapacidad, la orientación de una literatura participativo para mejorar la educación básica, que tendrá la influencia de buscar autores que se ocupan de su realidad en el servicio de su los derechos que tanto la inclusión y la exclusión relación tendrán gran importancia para el desarrollo metodológico, tratando de dirigir una mirada crítica, transformadora para el futuro que promete una educación igual y sin perjuicio de la escuela unión, familia y la sociedad. Por lo tanto, se entiende que la agenda de inclusión debe ser para cualquier discusión que impregnan los

aspectos sociales, educativos y morales. Mientras tanto, buscamos entender cómo se ve afectada la relación del ser humano con necesidades especiales y su relación con las distintas necesidades que surgen dentro de la propia sociedad. Esta investigación busca analizar en partes iguales por la educación inclusiva. Buscar el desarrollo de formas de alentar la reflexión colaboración en la educación inclusiva en contextos que fomenten la auto-crítica en el proceso de desarrollo de la inclusión de material escolar para permitir la integración de las personas con necesidades especiales y no dejar resquicios para el la exclusión puede revertir lo que durante años ha sido escalada para los discapacitados tiene la libertad y el derecho a esto.

Palabras clave: la inclusión. la escuela. las personas. Las deficiencias.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Alunos com Deficiência	56
Gráfico 02. Tipos de Deficiência dos Alunos.....	57
Gráfico 03. Métodos Utilizados com Crianças Especiais.....	59
Gráfico 04. Dificuldades Encontradas	60
Gráfico 05. Apoio Pedagógico da Escola para Elaboração de Aulas.....	62
Gráfico 06. Contato entre Escola e Pais	64
Gráfico 07. Métodos para Aulas Dinâmicas e Inclusivas.....	66
Gráfico 08. O Papel do Professor na Educação Inclusiva.....	67
Gráfico 09. A Importância da Família junto à Escola.....	68
Gráfico 10. Dificuldades dos Professores no dia a dia.....	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 01	32
REFERENCIAL TEÓRICO	
CAPÍTULO 02	118
METODOLOGIA	
CAPÍTULO 03	123
RESULTADOS E DISCUSSÃO	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
REFERÊNCIAS	165
APÊNDICE	172
ÍNDICE REMISSIVO	179

INTRODUÇÃO

A Inclusão social é um problema que vem sendo trabalhado em todos os contextos que envolvem tanto os órgãos públicos como a instituição privada, mas com um mesmo objetivo, inserir o processo de inclusão social acima de tudo, abordando assim: Qual o papel da inclusão social na educação pública? Dessa forma, abordando uma nova realidade junto à inclusão social que busca cada vez mais a influência deste processo a favor de uma política governamental , a qual tem como finalidade desenvolver subsídios para desenvolver um novo conceito de inclusão a serviço dos excluídos.

Assim, a inclusão social é um conjunto de meios e ações cuja finalidade é combater a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pela falta de classe social, origem geográfica, educação, idade, existência de deficiências ou preconceitos raciais. Oliveira (2014, p. 45) vem explicar que o caso da exclusão da escola acontece por diversos assuntos que vêm sendo trabalhados por

todos os profissionais da área de educação a serviço de um sistema educacional a favor da inclusão social.

A cada dia, este processo de inclusão vem ganhando mais espaço em todos os meios de comunicação, pois a maioria através dos diferentes assuntos sendo eles bullying, deficiência tanto física como mental, mas com grande influência para o processo de inclusão destas pessoas no ambiente escolar. Para cada processo, o mesmo requer uma grande referência para a sociedade sendo pela mensagem que o mesmo passa ou pela relação que envolve a discriminação a serviço de uma pessoa, que sofre com este tipo de discriminação. A educação tem grande influência a mostrar o seu verdadeiro valor junto aos artigos que envolvem este processo.

Com isso, o ambiente educacional a nível público tem uma grande aceitação para este tipo de inclusão social, pois como as maiorias das pessoas portadoras de deficiências buscam o isolamento através da discriminação os órgãos responsáveis pelo papel de incluir, onde o mesmo está a inclusão a pessoas junto à

sociedade que buscam a escola para realizar o primeiro contato com a inclusão social.

Para este processo, a escola precisa estar preparada para receber estes alunos que, por diversos motivos, têm sua vida muito isolada através de certo preconceito que vem sendo desenvolvido a partir de ações que ajudam cada vez mais estas pessoas a se fechar no seu mundinho diferente, mas este preconceito precisa ser mudado dia-a-dia com ações voltadas a sua política de inclusão a serviço dos direitos que devem ser respeitados acima de tudo. Portanto, o processo de construção da fundamentação teórica deste trabalho se preocupou em desenvolver um conceito que envolva a inclusão mediante sua visão, tanto histórica como jurídica, junto ao papel da escola como espaço de inclusão.

Tendo a importância de compreender o fato de inclusão como meio de solucionar problemas que são de responsabilidade de todos, sendo uma forma de que não se deve discriminar as pessoas, e sim inserir estas pessoas nas diferentes áreas que

abordam suas potencialidades e não seus defeitos.

E, pensando na possibilidade de inclusão, observaremos a seguir algumas práticas que propiciarão melhor aproveitamento dos sujeitos aqui apresentados, que, segundo Silva (2010) apud Blanco (2004) destaca maestramente.

- Fazer uso de estratégias metodológicas diversificadas que permitam o ajuste da maneira como cada conteúdo será transmitido aos diferentes estilos de aprendizagem apresentados pelos alunos;
- Colocar em prática a cooperação durante a realização das atividades propostas;
- Oferecer atividades que possibilitem que diferentes graus de complexidade assim como conteúdos distintos sejam trabalhados;
- Dar aos alunos a oportunidade de tomar decisões sobre o planejamento do dia a dia;
- Avaliar a quantidade e a qualidade de apoio que cada aluno necessita e retirar, gradualmente, tal apoio conforme os alunos

caminham na direção de alcançar um nível de aprendizagem suficiente;

- Explorar a utilização de diversos materiais durante a realização das atividades propostas;
- Elaborar formas de avaliação adaptadas às necessidades e particularidades de cada aluno.

Todas as observações realizadas por Blanco (2004) permitem uma avaliação empírica da sala de aula, lugar que desenvolve diversas possibilidades de novas aprendizagens e consequentemente permite ao aluno especial poder sentir-se incluído de forma íntegra em todos os aspectos no processo de ensino e aprendizagem.

É sabido pelos estudiosos da área que a escola inclusiva ainda está em falta diante das necessidades sociais contemporâneo. As políticas públicas para o público estudantil no tocante às crianças especiais são demasiadas no que concerne à estrutura.

Direitos iguais para todos é o que todos falam, entretanto,

na prática esse lema não se confere ao que encontramos diariamente nas escolas. São carteiras, espaços de lazer entre outras situações que deixam a desejar e que podem ser chamado de inclusão.

Considerando que, no contexto de inclusão escolar, as salas de aula serão compostas por alunos com características bastante diversas, com diferentes potencialidades, necessidades e interesses, o professor precisa, mais do que nunca, ter habilidades de manejo de sala de aula. O manejo envolve modificações no ambiente físico e conteúdo. (SILVA, 2010, p. 163)

Portanto, segundo a colocação de Silva (2010), o professor, para além de sua função de mediar o conhecimento, tem que ter características que propiciem a aprendizagem de todos os inseridos na sala de aula. A contemplação deve partir da justaposição em que ele se encontra enquanto professor sem precisar interpelar sobre sua atuação enquanto profissional.

O primado do que foi posto sobre a sala de aula e todas as ferramentas supracitadas devem promover a promoção do conhecimento e que os envolvidos na sala de aula sintam-se acolhidos por todos, inclusive por eles mesmos.

A educação especial é ainda, diante das experiências, muito

carente de políticas públicas destinadas ao público que precisa de inclusão escolar e social. Sem uma atenção especializada, a garantia de uma educação inclusiva ficará na teoria. Faz-se necessário, portanto, que todos os sujeitos envolvidos possam lutar para garantir de forma plena o que de direito tem aqueles que precisam – as pessoas portadoras de necessidades especiais.

A atualidade exige que os direitos sejam garantidos sem distinção de crença, religião, entre outras características. Através da inclusão, é possível realizar uma intervenção concreta sobre os direitos garantidos a todos os seres humanos a partir da Constituição de 1988.

Na tentativa de criar ambientes adequados para suprir as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais, a escola teve de iniciar um processo de revisão de sua estrutura, refletindo sobre novas formas de desenvolver e implementar o currículo, transmitir conteúdos e propor atividades. (SILVA, 2010, p. 100)

De acordo com Silva (2010), a escola precisa reiterar as necessidades de cada aluno para que se adeque à nova estrutura. Mas, em dissensão no que concerne ao que Silva (2010) coloca sobre

a transmissão de conteúdo, pode-se expressar que num ensino contemporâneo se pode chamar de mediação do conhecimento. A nomenclatura presume um ensino verticalizado, ao invés, do que se espera de um ensino horizontalmente, em que todos os indivíduos inseridos na unidade escolar fazem parte do processo de ensino e aprendizagem.

As ferramentas que o professor utilizará na sala de aula deverão cumprir uma abordagem inclusiva e a escola deverá, enquanto facilitadora da relação aluno-professor, propiciar momentos de aprendizagem em qualquer modalidade de ensino.

Dessa forma, e tão importante quanto os demais no processo de ensino, são os pais que deverão inserir-se de forma gradual a compreender o mecanismo de ensino para que a extensão escolar, através da sua metodologia de entender o aluno especial e, assim, possibilitar que este consiga desenvolver melhores condições de vislumbrar condições de compreensão mais epistemológicas.

1.1OBJETIVOS

1.1.1. Objetivo Geral.

Analisar de forma integral os aspectos concernentes ao desenvolvimento educacional visando o desempenho dos profissionais da educação junto a família na formação do individuo a serviço do processo em sala de aula que irá influenciar na vida em sociedade, criando subsídios para que o mesmo possa desenvolver a inclusão social dentro da educação.

1.1.2. Objetivos Específicos.

- Identificar as condições acerca da inserção de crianças com deficiência;
- Mensurar as perspectivas que a escola tem em relação à implantação do processo de inclusão;
- Pontuar as dificuldades encontradas pelos profissionais da área de educação;
- Expressar as formas de inclusão.

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: NO CONTEXTO SOCIAL,
EDUCACIONAL E MORAL, NA LUTA PELA IGUALDADE,
UNINDO ESCOLA E SOCIEDADE**

**INCLUSIVE EDUCATION: IN THE SOCIAL, EDUCATIONAL AND
MORAL CONTEXT, IN THE FIGHT FOR EQUALITY, UNITING
SCHOOL AND SOCIETY**

**EDUCACIÓN INCLUSIVA: EN EL CONTEXTO SOCIAL,
EDUCATIVO Y MORAL, EN LA LUCHA POR LA IGUALDAD,
UNIENDO ESCUELA Y SOCIEDAD**

CAPÍTULO 01

REFERENCIAL TEÓRICO

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1. INCLUSÃO: VISÃO HISTÓRICA A SERVIÇO DA LEI DE DIRETRIZES DE BASE DA EDUCAÇÃO.

Existem várias formas de inclusão: a social, a educacional, a econômica, as pessoas portadoras de necessidades especiais, a idosa. É relevante salientar que, assim como a exclusão é uma realidade, a inclusão existe para oportunizar a todos as mesmas igualdades de condições.

Segundo Freire (2006, p. 34), o termo “Inclusão” tem sido amplamente debatido e utilizado, principalmente no meio escolar entre os profissionais que, direta ou indiretamente, estão envolvidos no processo educacional, com objetivo de garantir a todos que se encontram excluídos, o efetivo exercício de seu direito a educação e a cidadania.

Nessa relação, a inclusão é um processo facilitador do desenvolvimento e do aproveitamento dessas diferenças para melhorar nossa sociedade, em que a inclusão passa a ser a ação de

parceria entre a inclusão e exclusão destes portadores mediante a um processo de convivência que deve ser o mais harmonioso possível.

A partir da ideia Líbano (1990, p. 102), a construção da sociedade junto às escolas inclusivas, às diferenças e à igualdade de oportunidades para todas as pessoas é um projeto prioritário para a educação atualmente nesse sentido. O trabalho com as diversas formas de deficiências e uma ampla discussão sobre a exclusão gerada pelas diferenças sociais e econômicas, psíquicas, físicas, culturais, racial, de gênero e ideológicas devem ser foco de ação das escolas.

É imprescindível perceber até que ponto a criança está na escola para exercer seus direitos e deveres como cidadão ou se está somente como meio de atender as necessidades da família e esta ser beneficiada com os programas paliativos do governo como bolsa escola, bolsa família e tantos outros que alimentam o ócio e a falta

de criatividade nos menos favorecidos socialmente, principalmente ao que concerne sobre a valorização do ensino, mesmo sabendo das dificuldades das camadas mais pobres e menos favorecidas.

No que tange especificamente à educação de crianças e jovens oriundos das classes populares, a revisão da literatura aponta um volume muito grande de contribuições acerca das relações entre pobreza e baixo rendimento escolar e da tendência equivocada de se considerar como natural o fracasso dessa população com base em considerações como marginalização, carência cultural, desestruturação das famílias, baixas habilidades cognitivas e despreparo social (MARQUES; CASTANHO, 2011 apud Bourdieu, 1999; Bourdieu & Champagne, 1999; Cagliari, 1997; Campos, 2003; Lahire, 1997; Patto, 1981, 1984, 1990; Sawaia, 2002).

Em geral, os profissionais da área da educação, da área social e áreas afins não têm a noção exata de como realizar a prática escolar no processo de inclusão. Para muitos, ao mencionar o termo “inclusão”, não importa o tipo de exclusão combatido. A inclusão é sempre comentada como excelente e apropriada, entre outros termos.

Líbano (1990, p.37) afirma que,

Se os alunos são livres frente ao professor, também, isto é, em relação aos alunos (ele pode, por exemplo, recusar-se a responder uma pergunta, permanecendo em silêncio). Entretanto, essa liberdade de decisão tem um sentido bastante claro: se um aluno resolve não participar, o faz porque não se sente integrado, mas o grupo tem responsabilidade sobre esse fato [...] quando o professor se cala diante de uma pergunta, seu silêncio tem um significado educativo que pode, por exemplo, ser uma ajuda para que o grupo assuma a resposta ou a situação criada.

São inúmeras as formas dos obstáculos encontrados nas escolas. Dentre os principais, percebemos a falta de espaço físico adequado, a falta de material apropriado, deficiência de carga horária para prática esportiva e desrespeito com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esse último ponto, figura, contundentemente, como responsável direto com a forma de exclusão mais séria sofrida pelas crianças em idade escolar nas séries iniciais.

Segundo Brandão (1989, p. 45), a natureza e qualidade do atendimento dispensado aos alunos na escola pública ou privado não nos autoriza a aceitá-la, pura e simplesmente, como democrática, e os índices de reprovação, repetência e exclusão são

tão alarmantes que conspiram contra qualquer pretensa atitude democrática.

Gerando assim, um processo construtivo nesta relação de inclusão acima do seu contexto histórico, em que a relação que envolve as diretrizes é de extrema importância para compreender esse processo de inclusão.

Pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20/12/1996 (GROSSI, 1997), descreve-se a educação especial, sintonizada com as novas tendências mundiais sobre a atenção às necessidades especiais, que passa a ser oferecida aos portadores de necessidades especiais na rede regular de ensino. Durante muito tempo, a integração escolar vinha sendo estimulada, mas na realidade constituía uma exceção. Para Mittler (2002, p. 198), a maioria das crianças portadoras de necessidades educativas especiais realizava sua escolarização em instituições ou em classes especiais, e somente uns poucos ascendiam à rede regular de

ensino. A nova legislação (1996) inverte neste quadro: a maioria das crianças passa a ser atendida na rede regular, só excepcionalmente algumas delas prosseguirão sua escolaridade em escolas ou em classes especiais. Mas isso somente pode acontecer se houver uma força diretora integrando o esforço coletivo. Algo que se assemelhe a um autêntico mecanismo revolucionário empenhado em tornar realidade os direitos sociais para a grande maioria da população.

De acordo com Oliveira (2004, p. 209), a legislação, por si só, não operará tal mudança. Até mesmo porque, em relação à inclusão legal, voltado para a atitude da sociedade, este processo é visto de forma que o mesmo não exista, ou que facilmente pode ser transgredida, a atitude já cristalizada no aforismo: “A lei... Ora, a lei!”. Para o autor, a força e a importância da nova Lei de Diretrizes e Bases (1996), no que concerne à educação especial, não podem ser subestimadas. Ela não somente institui a obrigatoriedade do educando portador de necessidades especiais a frequentar a rede

regular de ensino, como estabelece a criação de serviços de apoio especializado, nas escolas regulares, para o atendimento das peculiaridades de cada criança.

A rigor, a lei dentro do seu texto legal vai mais além: prescreve, para os sistemas de ensino, organização curricular específica, com utilização de métodos, técnicas e recursos educativos adequados e voltados para o atendimento educacional dos portadores de deficiência.

Pela Constituição Federal, Capítulo II, Seção I, Artigo 205, “a educação, é direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade (...). Por si, este artigo já valeria para os portadores de necessidades especiais. Além disso, o artigo 208, inciso III ressegura o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Desde 1996, portadores de qualquer deficiência têm direito, assegurado

pela Lei Federal 7.853, de estudar em escolas regulares, definindo o preconceito como crise. Nesse sentido nenhuma escola ou creche pode recusar, sem justa causa, o acesso do portador de necessidades especiais à instituição. A pena aos infratores é de um a quatro anos de prisão, além de multa.

Se a Lei de Diretrizes e Bases encoraja, para muitos portadores de deficiências, o treinamento ocupacional e o encaminhamento da criança para o mercado de trabalho, convém não esquecer, como alerta Monereo (1991, p. 189), que o êxito da integração social dos portadores de deficiência depende do êxito da integração escolar. Tudo isso justifica o empenho do Governo, os esforços de educadores e a luta da sociedade pela integração escolar do portador de necessidades especiais e por uma educação de qualidade para todos.

Então, que se enfrente a luta: que se criem os mecanismos para assegurar aos portadores de necessidades especiais os seus

direitos de cidadania, a aceitação da criança com sua limitação, o planejamento consciente e responsável de sua adaptação e inserção ao meio, a conjugação de forças, por meio da mobilização, e por meio da exigência pela sociedade do respeito a seus direitos, numa luta para que a educação especial se insira, efetivamente, na democratização do ensino; para que ela se incorpore na luta pela melhoria da qualidade da escola pública, pela concretização dos direitos de cidadania, tanto para os portadores de necessidades especiais, quanto para a população em geral.

De acordo com a ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente – 1992), a criança tem direito de conviver com uma família dentro da sua comunidade. Muitas crianças, porém, por terem necessidades especiais, por terem sofrido abusos, por serem órfãs ou por quebrarem os laços com a família, vivem em instituições e não desfrutam desse direito. *Necessidades educacionais especiais* é uma expressão consagrada na Declaração de Salamanca

(1994) e refere-se a todas as crianças, jovens e adultos que durante sua vida escolar apresentam alterações no processo de aprendizagem, temporárias ou permanentes, que requerem das escolas decisões e atitudes diferenciadas daquelas que usualmente ocorrem para o conjunto dos alunos. Entre outros, estamos nos referindo aos alunos que moram na rua, trabalham, aos alunos com altas habilidades ou superdotados, aos alunos procedentes de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e aos alunos com deficiência, porque eles têm sido objetos de desafio para os sistemas educacionais.

Falar sobre a inclusão de alunos com deficiências na educação regular requer que se olhe para esta questão sob diferentes aspectos. Para que não se seja simplista, é preciso olhar pelos aspectos político, conceitual e pedagógico.

Pela perspectiva política, ao nível mundial, este é um movimento em tomada elevação do nível educacional de todas as

pessoas, de todos os povos, que se ancora no princípio do respeito à diversidade, e que tomou caráter legal, com a Declaração de Salamanca (1994). Desde então, os países vêm adequando progressivamente suas leis, organização e capacitação dos sistemas de ensino a esta nova ordem filosófica e política, envolvendo assim todos os portadores de necessidades especiais no âmbito educacional.

O Brasil, que desde a Constituinte que culminou na Constituição de 1988, já vinha instituindo a educação inclusiva, deu um paço decisivo neste sentido, na ocasião da aprovação da LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) e neste momento o CNE (Conselho Nacional de Educação) está traçando as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, documento que deverá orientar a organização e funcionamento dos sistemas educacionais quanto ao atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais. Para os sistemas educacionais

do MEC (Ministério da Educação), esta nova realidade política e legal está trazendo números desafiadores, uma vez que, a respeito dos alunos com necessidades educacionais especiais, estes sistemas pouco ou nada faziam. Olhando a questão pelo aspecto conceitual, cabe ressaltar que, na história humana, desde os mais remotos tempos, evidenciavam teorias e práticas sociais segregadoras, inclusive quanto a acesso ao saber.

Poucos têm podido participar dos espaços sociais nos quais, desde os primórdios, se transmite e se cria conhecimentos; e, neste sentido, até atualmente temos sido orientados por pedagogias da exclusão, cuja principal característica é ter projetos pedagógicos elaborados sob a concepção da homogeneidade de alunos em sala de aula. A Educação tem, hoje, na perspectiva da inclusão, um grande desafio: garantir o acesso aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos os indivíduos, inclusive aqueles com necessidades educacionais especiais. Tudo indica para

a necessidade de mudança. Para que possa sair do plano imaginário, essa escola inclusive exige condições muito especiais de recursos humanos, pedagógicos e até mesmo físicos de que não dispomos.

Por este Brasil afora, nem nos grandes centros, e que realisticamente independem das boas intenções do MEC, não teremos certamente no futuro próximo, essa escola, a não ser em situações específicas de programas modelo ou experimentais (GLAT, 1998, p. 56).

Ao aceitar a possibilidade de se conseguir progresso significativo dos portadores de deficiência em geral, quando o processo de escolarização ajusta a diversidade do aluno no sistema de educação integrada, é fundamental, como acentua Mantoan (2004, p. 56), que a escola se conscientize de que as dificuldades experimentadas por alguns alunos são resultantes do modo como se ministra o ensino e se avalia o desempenho e os resultados da aprendizagem e das propostas curriculares que lhes são subjacentes, envolvendo assim, um processo construtivo de aprendizagem a serviço da inclusão.

1.2. INCLUSÃO ESCOLAR: ASPECTO JURÍDICO

Do ponto de vista jurídico, uma das maiores preocupações é a aplicação eficaz do princípio da igualdade para se alcançar a justiça social. Segundo a Lei 13.146/15 que trata do Estatuto da Pessoa com Deficiência, traz no seu art. 01 que:

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (Lei 13.146 de 06 de julho de 2015)

Quando se trata da garantia e a promoção de igualdade, leva a reflexão da realidade contemporânea no sentido de observar como se encontra as dificuldades encontradas nas várias unidades escolares e que ainda não aderiu à nova estrutura humana em se movimentar em adequar as unidades escolares para receber o “novo público”, as escolas ainda precisam readaptar-se no sentido de propiciar um ambiente aconchegante para todos os alunos sem distinção.

Quando a Lei supracitada traz sobre o direito de liberdade fundamental por pessoa com deficiência, também traz junta a ela a reflexão sobre como garantir uma liberdade plena se nem as salas de aulas dispõem de carteiras adaptadas para pessoas com deficiência física, por exemplo. Como ofertar aula para um aluno com deficiência auditiva se não há professores qualificados e/ou, pelo menos, com intérprete de libras.

Quando se pensa em deficiência, deve ser pensada uma gama de situações de dificuldades vivenciadas por estas pessoas que no dia a dia sofrem bastante e que daria em tempo breve ajustar toda rede de ensino no intuito de atender a todos os alunos. Esta meta deve ser garantida e executada.

Nesse cenário, em que os alunos com deficiência ficam na dúvida se irão encontrar ou não escola que os aceite não é algo feliz, pois, além de trazer constrangimento, traz sentimentos de revolta por não optar pela deficiência. Mas a garantia de não permitir que

as crianças cheguem ao ponto de passar por constrangimento.

Qual o direito visado? É o direito à educação? Direito humano, fundamental, o que reforça a possibilidade de existência de descriminação. A Lei de Diretrizes e Bases (9394/96) em seu artigo 59 diz que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais.

Curriculos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações especificam para atender as suas necessidades. É desse direito que as pessoas com deficiência também são titulares. É certo que, além desses objetivos, requisitos e garantias para educação, nossa constituição também garante, agora para pessoas com deficiência. Trata-se de um tratamento diferenciado que implica exercícios separados de direito, ou que fere em si mesmo o direito a igualdade?

A admissão de educação especial, totalmente substitutiva do ensino comum como sistema de ensino à parte especial, não

subsiste a essa indagação porque implica, sim, no exercício de “direitos separados”. De acordo com essa postura, amplamente admitida pelas autoridades, depara-se com escolas de Ensino Fundamental “normal” e Escolas de Ensino Fundamental Especial, essas últimas são voltadas para pessoas com deficiência e/ou recusadas pelas escolas de ensino comum. Trata-se de exercício separado de direito e mais, trata-se de conduta consistente em “instruir ou manter sistemas ou estabelecimentos de ensino separados para pessoas ou grupos de pessoas”, já vetada pelo artigo I da convenção relativa à luta contra a discriminação no campo de ensino de 19/12/1960, ratifica pelo Brasil em 19/04/1964 sendo promulgada pelo decreto n.º63. 223, de 06/09/1968.

Sabe-se que tais considerações estão bastante longe do que vem sendo praticado na maioria das escolas brasileiras, as quais se acham no direito de matricular somente os alunos que julgam terem condições de frequentar suas salas, como se não bastasse o fato de

ser uma criança ou adolescente na idade própria para essa matrícula.

O pior é que, mesmo as autoridades consultadas sobre o tema, ao depararem com a recusa de um aluno com deficiência por uma escola que, como sempre, se diz “despreparada” para recebê-los, aceita essa recusa como sendo razoável.

A luta por escolas capacitadas para atender qualquer público não é apenas de uma classe social, mas de toda a população. A busca pelo melhor para a massa estudantil não deve ser tomada como algo isolado e apenas de um núcleo, mas deve-se considerar toda a estrutura escolar, já que nela pode haver casos parecidos. Deve haver estudantes com alguma deficiência e deverão de imediato ter atendimento na sua demanda.

Assim, é imprescindível louvar os termos da Constituição Brasileira (1988) e das convenções internacionais por permitir que o Atendimento Educacional Especializado, destinado a alunos com

deficiência também chamados de Educação Especial, é uma forma válida de tratamento diferenciado, desde que: seja adotado quando realmente exista uma necessidade educacional especial, ou seja, algo do qual os alunos sem deficiência não necessitam; seja oferecido preferencialmente no mesmo ambiente (escola comum) frequentado pelo os demais alunos; que não seja adotado de forma obrigatória, ou como condição para o acesso do aluno com deficiência ao ensino comum.

Se forem observados esses requisitos, podemos dizer que a educação é uma forma de tratamento diferenciado que usa inclusão e não a exclusão de direito.

Com a implantação da LDB — Lei de Diretrizes e Bases da Educação— 9.394/96, “(...) todas as crianças, sempre que possível, devem aprender juntas, independentemente de suas dificuldades e diferenças (...)”, acreditando que “todos os educados conseguem aprender”. O direito à cidadania de crianças, jovens e adultos com

necessidades especiais está sendo garantido, porém, nem sempre foi assim. Esse movimento demorou anos e está sendo construído em vários momentos históricos, sobre os quais se faz a seguir um breve relato.

O ano de 1981 foi o marco inicial do conceito da sociedade inclusiva. Com o Ano Internacional das Pessoas Deficientes nos anos de 1983 a 1992 (CEDIPOD, 1992) seguiram-se a Década das Nações Unidas para Pessoas Portadoras de Deficiência. Na cidade de Jontiem, na Tailândia, em 1990, aconteceu a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, onde se observou o esforço coletivo de vários organismos internacionais visando assegurar educação básica de qualidade para todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Neste evento, a UNESCO garante a democratização da educação sem levar em conta as particularidades dos alunos, mas sim suas potencialidades. Após esse encontro na Tailândia,

acontece, em 1994, na cidade de Salamanca, na Espanha, um encontro onde foi elaborada a “Declaração de Salamanca” que fala sobre os princípios, a política e a prática da educação para necessidades especiais. Também este documento evidencia a necessidade de dar-se às escolas condições para atender todas as crianças, sobretudo as que têm necessidades educativas especiais.

Esses acontecimentos internacionais ocorreram no período entre a promulgação da Constituição Federal (1988) e a LDB (1996) e o Brasil se fez presente em Jontiem e também em Salamanca, assumindo o compromisso de mudar sua política educacional. Essa intenção pode ser observada na Constituição Federal no artigo 208 (III) que garante aos portadores de necessidades educacionais especiais “atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino”. A preocupação com o respeito e a diversidade humana está evidenciada em vários documentos publicados pelo MEC (Ministério da Educação). No

PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) com os novos paradigmas, as pessoas com deficiência têm sido vistas de forma diferente, observa-se que estas pessoas podem ser participativas e capazes e, portanto, devem ser respeitadas e valorizadas em suas diferenças e que as oportunidades de desenvolvimento precisam ser oferecidas e elas.

Tendo em vista a inclusão das pessoas com necessidades especiais na escola regular, a forma de avaliar também precisa mudar. As avaliações devem ser dinâmicas, contextualizadas, comparar o progresso em relação a ele mesmo e não em relação à classe, segundo o Documento Preliminar sistematizado, publicado pelo SEED (Secretaria de Ensino de Educação a Distância - MEC em julho de 2001 (p.26).

Sabe-se que essa mudança de paradigma ocorrerá gradualmente, garantidamente. A sociedade deixará de celebrar a deficiência enquanto déficit, para reconhecer a diferença,

valorizando as potencialidades de cada pessoa e não sua dificuldade, e uma vez que a escola está aberta para mudanças, esta terá que ter assegurado todos os apoios necessários para facilitar o atendimento a todos os alunos.

Não adianta incluir de um lado e excluir de outro. Muitos questionamentos surgem no dia a dia em conversas informais com pessoas comuns e sabem sobre a educação inclusiva a partir do que veem na TV e nos demais noticiários. Dessa forma, a visão torna-se muito pequena diante de um cenário tão largo e que precisa ser notado com um olhar mais criterioso, pois, para além de salas adaptadas existentes, a estrutura da escola, desde a entrada na escola até o espaço reservado para o aluno que necessita dessa atenção. De fato, houve alguns avanços em alguns lugares dentro e fora da escola, como a rampa de acesso às calçadas. Falta muito ainda, falta a adequação de professores não capacitados para as capacitações acerca de qualquer aluno e com qualquer deficiência.

Para o documento, a inclusão não deve ocorrer só na escola.

Antes de a criança vir para a escola, ela deve estar totalmente incluída na família, na comunidade, na igreja, praça, parquinho, entre outros segmentos da sociedade, pois só assim será possível alcançar um desenvolvimento global e harmonioso. Ao ingressar na escola regular, a criança portadora de deficiência enfrenta seu maior problema: a barreira da comunicação e, para enfrentá-la, muitos estudiosos, como Pires (2000, p. 45), defendem o uso de práticas pedagógicas diferenciadas como forma de incluir eles no processo educativo.

Tudo isso que está sendo previsto é primordial, pois se sabe que a educação inclusiva não acontecerá somente com atos legais. Para que se efetive, é preciso sair das leis e partir para ações que devem ser realizadas por todos: governo, escola, sociedade. Assim, percebe-se que muito ainda se tem que caminhar para oferecer uma educação de qualidade para todos, ao ser sabido que não temos

ainda nas escolas professores preparados para atender esses alunos.

Isto será possível se a política educacional garantir a todos os professores do ensino regular oportunidades de se capacitarem para atender com qualidade a todos os alunos. Diante desta situação, fica evidente a necessidade de exigir-se do professor outros conhecimentos além daqueles que receberam em seus cursos de formação. É indispensável uma reforma nos cursos de formação dos professores, pois estes precisam atender às necessidades especiais de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos portadores ou não de deficiência.

A própria dinâmica da realidade impõe que as vertentes da educação também se voltem para a economia e o mundo do trabalho, no entanto, se a educação agregar à sua finalidade exclusivamente o papel de atender às demandas sociais, infelizmente, ela reproduz a dominação. Mas como o processo educativo requer formação permanente – ao longo da vida - por parte dos sujeitos, quer sejam alunos e profissionais em geral, ele sempre encontrar-se-á de modo inacabado, sendo possível desafiar e vencer a dominação através da educação. (MORAES, 2012, p. 05)

Ter ainda capacidade de conviver com os diferentes,

superando os preconceitos em relação às minorias, assim como estar preparado para adaptar-se às novas situações que ocorrerão na sala de aula. Para que os educadores desenvolvam tais habilidades, além das mudanças nos cursos de graduação, precisam também de um programa de formação continuada, o que está previsto nos documentos legais que vêm embasando a proposta de educação inclusiva, como pode observar-se no texto do Documento Preliminar Sistematizado de julho de 2001 (p. 19): “à gestão central do sistema compete oportunizar a capacitação de recursos humanos, bem como prever e prover recursos materiais, tecnológicos e financeiros necessários ao enfrentamento dos desafios.

1.3. A ESCOLA COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO

Inclusão, Escola Inclusiva, Alunos Especiais, são expressões muito usadas no momento, na área educacional. Mas será que a escola está preparada para receber portadores de necessidades

especiais? A estrutura física é acessível/adaptada para todos? Existem profissionais capacitados para atender a esse público? Estas e outras interrogações são investigadas e, ao mesmo tempo procuram-se respostas necessárias.

Não consideramos a tendência de a indústria moderna fazer as crianças de ambos os sexos cooperar no grande trabalho da produção social, como tendência progressista, sadia e legítima. Em uma sociedade organizada racionalmente toda e qualquer criança, da idade de nove anos em diante, deve se tornar um trabalhador produtivo do mesmo modo que nenhum sadio deverá ser excluído da Lei geral da natureza, isto é, deve trabalhar para merecer comer, e trabalhar não apenas com o cérebro, mas também com as mãos.

(MARX, 2002, p.68).

Diante de tantas forças engajadas em propiciar uma educação que garanta a inclusão temos:

A escola prepara o futuro, e, se as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aula, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para entender e viver a experiência da inclusão! Penso que o futuro da escola inclusiva depende de uma expansão rápida dos projetos verdadeiramente imbuídos do compromisso de transformar a escola para adequá-la aos novos tempos. A aparente fragilidade das pequenas iniciativas tem sido suficiente para enfrentar, com segurança e otimismo, o poder da velha e enferrujada máquina escolar. (MANTOAN, 2006, p.61)

Quando a cumplicidade da educação se efetiva, todos os envolvidos têm ganhos surpreendentes, pois, além de promover o bem estar de todos, consegue extrair o melhor de cada um dentro da escola, possibilitando uma educação com mais qualidade, mais aplicável e acessível. O acesso não apenas ao que se aprende na sala de aula, mas o acesso a tudo que qualquer pessoa tem direito dentro da escola, como o lazer.

Existe o impasse entre professores pouco informados sobre o assunto e estudosos ou pesquisadores que nunca encontraram numa sala de aula para experimentar e conhecer as possibilidades efetivas da inclusão. Diante desse pressuposto temos:

Quanto mais penso sobre a prática educativa, reconhecendo a responsabilidade que ela exige de nós, tanto mais me convenço do dever nosso de lutar no sentido de que ela seja realmente respeitada. O respeito que devemos como professores aos educandos dificilmente se cumpre, se não somos tratados com dignidade e decência pela administração privada ou pública da educação. (FREIRE, 2002, p.59)

Partindo do que FREIRE (2002) coloca a partir do pensamento de Paulo Freire, pode-se compreender que é uma

realidade fora da contemporaneidade. Algo que exerce um poder a menos do que se está habituado nas escolas. De fato, seria um ganho quando houvesse uma clareza no ensino e no diálogo entre professor e aluno, seja ele com deficiência ou não, entretanto, nas salas atuais com mais de quarenta (40) alunos, torna-se impossível compreender o individual em sala.

Para alguns, falar de inclusão é ampliar os problemas da escola na medida em que os “alunos-problemas” invadirão os espaços dos ditos “normais”, para outros, é uma proposta no mínimo indecente para os professores do ensino regular que não se veem com condições para atender às especificidades desse contingente de alunos, é justamente neste contexto que emergem os equívocos sobre o que significa inclusão sob o ponto de vista da prática cotidiana das escolas.

Assim como não posso ser professor sem me achar capacitado para ensinar certo e bem os conteúdos de minha disciplina não posso, por outro lado, reduzir minha prática docente ao puro ensino daqueles conteúdos. Esse é um momento apenas de minha

atividade pedagógica. Tão importante quanto ele, o ensino dos conteúdos, é o meu testemunho ético ao ensiná-los. É a decência com que o faço. É a preparação científica revelada sem arrogância, pelo contrário, com humildade. É o respeito jamais negado ao educando, a seu saber de experiência feito que busco superar com ele. Tão importante quanto ao ensino dos conteúdos é a minha coerência entre o que digo, o que escrevo e o que faço (FREIRE, 2002, p.64).

Deve-se também levar em consideração a escola como espaço não somente de inclusão, não apenas incluir por incluir, mas, principalmente, construir o saber. Para isso o professor deve refletir como anda sua prática e a da escola sob esse ponto de vista. Há uma proposta de trabalho coletivo e cooperativo? Quanto às instituições de ensino, é oportuno perguntar se há valorização de atitudes cooperativas no interior das escolas? É oportunizado o trabalho de grupos entre professores? Então, se faz necessário questionar sobre essa abordagem da inclusão e sobre como anda a relação entre os que necessitam de escola e os que fazem a escola, pois a inclusão é um conceito revolucionário, que busca remover as barreiras impostas pela exclusão em seu sentido mais pleno. “A sala

de aula está aí espiada, teorizada, denunciada, anedotizada e até poetizada de forma indireta" (MORAIS, 2003, p. 09). Todos a colocam na berlinda, mas sabe-se que ela é um espaço mágico de encontro humano e que, nela as relações interativas têm o seu desenvolvimento positivo ou negativo, dependendo de quem a dirige, no caso, o professor.

Portanto, a educação deve ser na vida dos alunos uma experiência transformadora, que desenvolva a criatividade, dando a cada um, condições de se libertar da opressão social. Mas, para isso, a escola deve deixar de reproduzir os mecanismos de dominação de classe da sociedade, e o professor deve ter em mente que, "na sala de aula, o professor faz o que sabe, o que sente e se posiciona quanto à concepção de sociedade, de homem, de educação, de escola, de aluno e de seu próprio papel." (VEIGA, 2000, p.17).

Nesta relação de sociedade e inclusão social a mesma vem

acontecendo e se efetivando em países desenvolvidos desde a década de 80. De acordo com Aguiar (2002; 2004), no Brasil foi só a partir da Constituição da República Federativa de 1988 que aumentou o número de estudos voltados para essa área. Ainda segundo Aguiar, no campo da educação formal começaram a ocorrer, de forma mais sistemática, após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. A educação conduz ao conhecimento e à formação humana e, por isto, interage com a sociedade. Deve, portanto, a educação aceitar a inclusão de todos como sujeitos de sua autonomia, na manutenção de suas crenças, valores e individualidade. O benefício da inclusão escolar não é apenas para crianças com deficiência, é efetivamente para toda a comunidade, porque o ambiente escolar sofre um impacto no sentido da cidadania, da diversidade e do aprendizado.

A proposta de inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, e um ambiente educacional favorável. Impõem-

se como uma perspectiva a ser pesquisada e experimentada na realidade brasileira, reconhecidamente ampla e diversificada (BRASIL, 2001, p.17).

Então, não é o aluno quem se molda ou se adapta à escola, mas é ela que, consciente de sua função, coloca-se à disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo. É preciso esclarecer que a inclusão escolar não é simplesmente matricular um aluno com necessidade educacional especial em uma sala de aula comum e dizer que ele está incluído. É bem mais que isso, é fazer com que ele se beneficie do currículo escolar, da convivência com os alunos ditos normais.

É indiscutível que a implantação da educação inclusiva pressupõe a superação de alguns obstáculos impostos pelas limitações do sistema regular de ensino, como, por exemplo, as dificuldades operacionais e pragmáticas, curriculares, as práticas pedagógicas, recursos humanos, arquitetônicos, pedagógicos e físicos.

Sendo assim, Mantoan (2003 p. 67) afirma que:

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência/e ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um.

Em outras palavras, a inclusão constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. Portanto a sociedade inclusiva e a escola inclusiva, enquanto ideais, têm angariado as simpatias dos pais, dos educadores e da sociedade em geral. Afinal, o movimento de não excluir está implícito nos ideais democráticos, aceitos e proclamados, universalmente.

Nesta perspectiva, a convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como

discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possam impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Esse decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização.

No entanto, a história das ideias sobre educação deixa evidente que pouco ou nada tinha de inclusiva, seja em termos da universalização do acesso, seja em termos da qualidade do que era oferecido. Hoje em dia, o panorama é, felizmente, outro, pois temos mais consciência acerca de direitos humanos, embora a prática da proposta de educação inclusiva ainda não conte com o consenso e unanimidade, mesmo entre aqueles que defendem a ideia.

Todavia, os desenvolvimentos dos estudos no campo da educação e dos direitos humanos vêm modificando os conceitos, as

legislações, as práticas educacionais e de gestão, indicando a necessidade de se promover uma reestruturação das escolas de ensino regular e da educação especial. Segundo Salamanca (1994), as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. (BRASIL, 2006, p. 330).

A sociedade inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade como característica inerente à constituição de qualquer sociedade. Partindo desse princípio e tendo como horizonte o cenário ético dos Direitos Humanos, sinaliza a necessidade de garantir o acesso e a participação de todas as diversas oportunidades, independentemente das peculiaridades

de cada indivíduo e/ou grupo social.

1.4. FERRAMENTAS PARA INCLUSÃO EDUCACIONAL

Santana (2003) comenta que a Educação Especial tradicional sofreu um processo de transformação, no qual ela não deve ser vista apenas como a educação de um tipo de pessoa, senão como o conjunto de recursos colocados à disposição do sistema educacional que permitam a adequação da resposta educacional às necessidades particulares de cada um dos alunos em um ambiente o menos restrito possível.

Por isso, a escola regular encontra-se diante do desafio de atender alunos que necessitam de uma resposta especial. E, para tanto, deverá adaptar o currículo a partir da programação que o professor fizer no grupo em questão.

A inclusão, segundo Mazzotta (2001), é um motivo que implica no aprimoramento da formação dos professores para realizar propostas de ensino inclusivo e, também, um pretexto para

que a escola se modernize, atendendo às exigências de uma sociedade que não admite preconceitos, discriminação, barreiras entre seres, povos e culturas. Assim se poderá vislumbrar um futuro diferente para pessoas portadoras de necessidades especiais e para as comuns, na escola. Esta na rede de ensino regular vem sendo muito discutida nas campanhas divulgadas nos rádios, TV, jornais e revistas.

A modalidade da Inclusão realmente se faz necessária para o desenvolvimento das crianças excepcionais, pois, à medida que interagem com crianças ditas normais, adquirem uma confiança, até então não visível. Werneck (1997) que compreende ser necessário desenvolver um processo de inclusão da criança com necessidades educativas especiais, pois, quanto mais a criança especial interage espontaneamente com situação diferentes, mais ela adquire conhecimento.

De acordo com Santana (2003), afirmaram-se inúmeras

vezes que a educação especial na maioria dos países tem seguido padrão semelhante de evolução. Num primeiro momento, caracterizado pela segregação e exclusão, a "clientela" é simplesmente ignorada, evitada, abandonada ou encarcerada, quando não extermínada. Num segundo, há uma modificação no olhar sobre a referida "clientela", que passa a ser percebida como possuidora de certas capacidades, ainda que limitadas, como por exemplo, a de aprendizagem.

Assim, colocar ferramentas diferenciadas como processo de atividade inclusiva se faz necessário a partir do entendimento que esta população tem direito e necessidades de educação, bem como capacidades que devem ser exploradas.

Para Schlünsen e Moriya (2005), o uso da informática como ferramenta pedagógica poderá proporcionar um salto qualitativo na construção do conhecimento do aluno, auxiliando-o no processo de aquisição de sua cidadania. É imprescindível estabelecer de

maneira adequada a manipulação do computador na escola, através de orientação e suporte técnico-pedagógico, para que existam aulas melhores planejadas e, com isso, melhores resultados no uso das tecnologias digitais em processos de inclusão.

Mantoan (1997) diz que a prática da inclusão social se baseia em princípios diferentes do convencional, aceitação das diferenças individuais, valorização de cada indivíduo, convivência dentro da variedade humana e aprendizagem por meio da cooperação.

Segundo Mittler (2000), antigamente os deficientes eram separados, afastados de qualquer convívio social, pois sua diferença era vista como maldição, destino, marca do demônio e todo tipo de credo. Afinal, o que era diferente era desconhecido e misterioso, e o desconhecido era fonte de medo. Do medo ao preconceito é um pulo, daí a exclusão completa das pessoas portadoras de necessidades especiais.

Santana (2003) salienta que a política de integração do portador de deficiência nas escolas regulares vem desde 1970 em classes especiais, onde tinham como prioridade Normalização do Indivíduo - isto é, um processo de adaptação, que o indivíduo tivesse as mesmas oportunidades dos demais cidadãos, mas essa é uma política que deixa o indivíduo estagnado. Segundo o Ministério da Educação e Cultura, citado pela autora, as classes especiais não deverão ser extintas, devendo os professores responsáveis passar ao professor da classe regular seus conhecimentos em relação aos portadores de Necessidades Educacionais Especiais.

De acordo com Organização Mundial de Saúde (OMS, 2004) 15% (quinze por cento) da população de cada país são compostas por pessoas portadoras de qualquer tipo de deficiência. Estima-se que no Brasil 10.000 pessoas fiquem deficientes físicas por mês. Assim, podemos estimar que, há aproximadamente 20 milhões

de pessoas que são portadoras de qualquer tipo de deficiência em nosso país.

Stainback e Stainback (1999) comentam que, em decorrência do aumento do número dessa população em todo mundo, essa questão vem se tornando importante ponto de preocupação e discussão entre pesquisadores (médicos, psicólogos, educadores, etc.); as pessoas portadoras de deficiência vêm conquistando seu espaço na sociedade, reconhecendo seus direitos e deveres como cidadão, trabalhando, estudando, praticando esportes, constituindo família.

Em processos educacionais inclusivos, nos quais alunos com necessidades especiais fazem parte do contexto da sala de aula comum, o computador poderá trazer inúmeras vantagens, pois, com os recursos de que este instrumento dispõe (tais como som, animação, efeitos especiais, entre outros), o aprendizado pode tornar-se mais atrativo, significativo, tendo em vista que este

material pode ser facilmente adaptado ao nível intelectual e ao ritmo de cada um. Além disso, é possível contar com Ajudas Técnicas em casos específicos e dispor de recursos de acessibilidade no processo de inclusão.

O uso da Tecnologia na Educação Especial é, além de importante, muito necessário. É preciso garantir que o direito básico à educação seja cumprido, sem nenhum tipo de discriminação, como diz no Artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos (apud ROCHA e ROTH, 2003):

Todo homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior está baseada no mérito.

Em função da modificação da visão de criança portadora de necessidades educativas especiais, ocorre o que se poderia chamar

de "velha integração", ou seja, os excluídos começam a ser integrados a certos setores sociais, mas ainda predomina um olhar de tutela, e a prática correspondente, no que lhes diz respeito, muito embora já não seja mais a de rejeição e medo, ainda seria excludente, na medida em que se propõe a "protegê-los", utilizando-se, para tanto, de asilos e abrigos, dos quais estas pessoas raramente sairiam, e nos quais seriam submetidas a tratamentos e práticas, no mínimo, alienantes (STAINBACK e STAINBACK, 1999).

Santana (2003) comenta que, na maioria dos países, este momento tem se acirrado em especial a partir da década de 60, e nele se verifica uma predominância dos seguintes aspectos:

O avanço científico, cuja produção e disseminação de conhecimento vêm, não apenas promovendo a desmistificação de certos preconceitos fundados na ignorância sobre as diferenças da espécie humana, como também alertando para a necessidade cada vez mais urgente da união de povos em função da defesa do planeta por motivos ecológicos que hoje nos são óbvios; um crescente pensar de cunho sociológico denunciando e questionando consistentemente o sentido de práticas discriminatórias e clamando por um mundo democrático; o avanço tecnológico, principalmente no terreno das telecomunicações, que

vem aproximando ainda mais os povos e disseminando ainda mais rapidamente as informações, ao mesmo tempo em que provocando a necessidade de uma força de trabalho cada vez mais instruída e, se possível, especializada, capaz de atender à competitividade que o progresso tecnológico, entre outros aspectos, impõe às sociedades contemporâneas.

Para a autora, por mais paradoxais e contraditórios que possam parecer, todos esses aspectos vêm se refletindo conjuntamente nos sistemas educacionais dos mais diversos países, ainda que em alguns desses reflexos venham sendo observados mais tarde. O fato é que tais reflexos geram consequências inevitáveis à educação especial.

Mantoan (1997) afirma que reestruturar o conjunto de elementos que compõem o quadro educacional deste fim de século implica o reconhecimento do que está sendo, hoje, o discurso do futuro. Em outras palavras, o que se planeja para amanhã, em educação, deverá considerar a caminhada incessante e implacável da evolução das ciências, das artes, da tecnologia e, especialmente, da capacidade de extensão da consciência humana.

Para Santana (2003), a inclusão de portadores de necessidades educativas especiais nas escolas regulares já é uma realidade, e os pais destas crianças ou adolescentes, tendo o respaldo da Lei de Diretrizes e Bases e da Carta de Salamanca, têm procurado as escolas regulares para que seus filhos frequentem estas escolas. Porém, a maioria dos professores e das escolas não está preparada para esta inclusão, havendo a necessidade de se redirecionar e emparelhar escolas, além de preparar os professores para uma nova realidade, a realidade virtual, em que as tecnologias digitais tenham um lugar no processo educativo, sem que tomem o lugar do mestre, mas o auxiliem.

Conforme Menezes (2006), é de suma importância a Informática no trabalho com alunos que apresentam dificuldades e limitações específicas no ato de aprender. Com a utilização desses recursos, esses alunos poderão desenvolver inúmeras habilidades, as quais poderão favorecer seu processo de

aprendizagem/desenvolvimento e descobrir que seu mundo está cheio de possibilidades. A superação das dificuldades e limitações, possibilidade pelo uso da tecnologia, poderá ampliar a autoestima e a crença nas capacidades do usuário.

Menezes (2006) salienta que o acelerado desenvolvimento tecnológico e sua evidente penetração, nas instituições sociais, vêm provocando transformações na sociedade, na cultura e, principalmente, na educação que, não podendo permanecer alheia a este processo, passou a se utilizar dessas tecnologias como mais um recurso para a inserção de pessoas portadoras de necessidades especiais na sociedade, permitindo-lhes descobrir novas maneiras de ver o mundo e aprender.

Com o uso do computador, os alunos poderão exercitar a capacidade de construir seu próprio conhecimento a partir de ações físicas ou mentais, realizadas no ambiente onde foram inseridos. Nesse processo, Almeira (2005) comenta que a função do professor

deverá ser a de criador de ambientes de aprendizagem, facilitador e mediador no processo de construção do conhecimento pelo aluno, ou seja, efetivar o real significado da aprendizagem.

Dessa forma, na medida em que o trabalho se consolida, os professores encontram formas e estratégias de usar a tecnologia modificando a sua prática instrucional, o significado da aprendizagem e das relações entre professor e aluno, aluno e aluno, desenvolvendo um ambiente criativo, contextualizado e repleto de condições e alternativas para uma educação inclusiva.

De acordo com Andrade (apud MENEZES, 2006), no campo da Educação Especial, quando se fala de inovações, apenas se está apontando o que de ferramentas visíveis estão em uso junto ao educando com necessidades especiais.

Conforme Schlünzen (2005), como não conseguem expressar claramente suas ideias, muitas vezes os interlocutores menosprezam suas capacidades, dificultando muito o

relacionamento interpessoal. Logo, as tecnologias de informação e comunicação podem constituir um recurso fundamental para possibilitar a comunicação das crianças portadoras de necessidades educativas especiais.

1.5. O QUE É O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

O Projeto Político Pedagógico é um termo usado para a construção de um plano de edificação da educação, constituído para a escola em questão. O mesmo é constituído com a finalidade de planejar todos os itens que temos intenção de fazer e realizar, colocando em prática junto a suas ações, abordando o futuro diferente do seu presente. Gadotti (2012) aborda que todo projeto supõe rupturas com presente e promessas para o futuro, buscando projetar-se e saindo do seu período de instabilidade, onde a mesma busca uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém. Nessa relação à proposta, a mesma busca sair do seu estado atual para um estado melhor.

Sendo assim, a perspectiva do projeto político pedagógico vai além do simples agrupamento de ideias dentro do seu plano de ensino e das atividades diversas que vêm apresentadas no projeto político pedagógico. O projeto não é algo que venha a ser construído de forma simples para que mais tarde seja arquivado ou apresentado aos responsáveis pela educação da escola em questão, mostrando o cumprimento das provas e ações que são cumpridas frente à burocracia dos fatos apresentados no projeto. O mesmo precisa ser construído e vivenciado com a participação dos envolvidos na construção do projeto frente ao seu processo educacional da escola, abordando todas suas estratégias e ações que são apresentadas à escola. Nessa relação, o projeto ainda busca um rumo, uma direção ou um norte a ser seguido, mediante as ações intencionais, mas com um sentido explícito com um compromisso definido coletivamente.

Essa coletividade só acontece mediante suas ações que visam

o coletivo dentro do seu projeto, pois todo projeto político é também um projeto político para a instituição, o qual precisa estar articulado ao compromisso sócio-político dos interesses reais e coletivos da população majoritária da instituição em destaque. Nesta realidade, o projeto é político mediante seu compromisso com a formação do cidadão para a sociedade, onde a mesma se cumpre através da dimensão das práticas específicas que o projeto tem juntado a suas ações que serão colocadas em prática.

Saviani aborda:

A dimensão pedagógica reside à possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo a serviço de uma coletividade que aborda ações a favor da sua proposta pedagógica. E pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. (SAVIANI, 2010, p. 129).

Nos quesitos político e pedagógico, o mesmo tem o significado indissociável junto à sua proposta, em que ambos precisam considerar como um processo permanente de reflexão e

discussão dos problemas da escola, junto à busca de ações e alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade. Essa intencionalidade é apresentada conforme Marques (2010) que a intencionalidade é constritiva, através da forma constitutiva, que apresenta ações junto a suas necessidades apresentadas, proporcionando a democracia vivenciada junto ao seu processo democrático para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania. Pode ser complicado, mas o projeto trata de uma relação recíproca entre a dimensão política e a dimensão pedagógica da escola.

Para Rios (2009), o projeto político pedagógico, ao ser constituído, precisa abordar o processo democrático de decisões, que busca se preocupar com a forma de organizar todos os trabalhos pedagógicos sem gerar conflito, buscando a eliminação das relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mundo impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as

relações no interior da escola, diminuindo os efeitos, fragmentaria a divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

Desse modo, o projeto político pedagógico é a forma de organizar os trabalhos pedagógicos em níveis diferentes, entre a escola como todo e a sala de aula através da relação entre o contexto social e a visão de totalidade que os profissionais em educação têm frente sua proposta pedagógica. Em outras palavras, o projeto político pedagógico visa à globalidade da escola, sem que o mesmo pense individual (escola), e sim no coletivo, abordando todas suas ações e relações a favor da sua política pedagógica.

A possibilidade de construir um projeto político pedagógico (PPP) precisa ser passada pelo processo relativo da autonomia, no qual a escola apresenta sua capacidade de delinear sua identidade, apresentando a escola como um espaço público, abordando debate e diálogo frente a sua reflexão coletiva.

Oferecendo subsídios para compreender o verdadeiro sentido da sua proposta pedagógica, mediante as necessidades da organização do trabalho pedagógico, que incluem o trabalho do professor frente à dinâmica de sala de aula, para que não se entenda que o PPP seja discriminatório.

Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas. (Lei 13.146/2015, Art. 4, § 1º)

Se buscarmos a organização como um processo de construtivo dentro da escola, abordaremos um conceito referencial que fundamente a construção de uma organização a serviço do seu projeto político pedagógico, oferecendo subsídios para que seu referencial seja desenvolvido junto à compreensão de nossa prática pedagógica.

Sendo assim, o processo precisa ser alicerçado junto a ações que pressupõem de uma teoria pedagógica crítica viável, partida da

prática social mediante o compromisso de solucionar o problema da educação e do ensino da escola a serviço da sua teoria, a qual vem subsidiar o projeto político pedagógico e suas práticas pedagógicas que ali se processam, estando ligadas aos interesses da maioria da população escolar.

Neste sentido, o projeto político pedagógico são ações que, colocadas em foco, irão oferecer subsídios para a organização educacional desenvolver suas ações frente a suas políticas públicas, junto às propostas apresentadas no projeto político pedagógico.

1.6. O PROCESSO DESAFIADOR DA EDUCAÇÃO EM DIVERSOS ASPECTOS

A educação sempre teve diversos percalços, como a falta de instrumentos e estruturas que perduram atualmente. Não é nada distante da realidade de muitas pessoas, de escolas inseridas nas comunidades carentes. O processo de desenvolvimento é algo que vem sendo construído paulatinamente.

As estimativas do número de crianças (0–14 anos) que vivem com deficiência falam de entre 93 milhões (1, 2) e 150 milhões. Muitas crianças e adultos com deficiência têm sido historicamente excluídos das oportunidades de educação. Em muitos países, antigos esforços para prover educação ou treinamento eram realizados através de escolas especiais segregadas, normalmente visando incapacidades específicas, tais como escolas para cegos. Essas instituições atendiam apenas a uma pequena proporção dos carentes e não eram eficazes do ponto de vista do custo: normalmente em áreas urbanas, elas tendiam a isolar os indivíduos de suas famílias e comunidades. A situação só começou a mudar quando a legislação começou a exigir a inclusão no sistema educacional de crianças com deficiência. (OMS, 2011, P. 213)

Ainda sobre a educação inclusiva na esfera infantil, a OMS (2011, p. 214) alerta que:

Em geral, crianças com deficiência têm menos probabilidade de começar a escola, além de índices mais baixos de permanência e aprovação. Muitas vezes, a correlação, para crianças e adultos, entre resultados educacionais ruins e a presença de uma deficiência é mais forte que a correlação entre resultados educacionais ruins e outras características – como sexo, residência em área rural e situação econômica.

Nessa perspectiva que se torna importante saber que a educação inclusiva teve sua construção em meados do século XVI que ainda tímido pôde mostrar os primeiros indícios de inclusão de

pessoas que necessitavam evoluir educacionalmente. Para sustentar essa ideia, Silva apud Mendes (2006a, p.387) diz sobre o surgimento da educação inclusiva:

Com médicos e pedagogos que, desafiando os conceitos vigentes na época, acreditaram nas possibilidades de indivíduos até então considerados ineducáveis. Centrados no aspecto pedagógico, numa sociedade em que a educação formal era direito de poucos, esses precursores desenvolveram seus trabalhos em bases tutoriais, sendo eles próprios os professores de seus pupilos.

E assim, a educação inclusiva foi desenvolvendo e ganhando força para que muitas pessoas que até então não tinham o direito de estudar pelas suas dificuldades/deficiências. Nesse ínterim, começa um novo rumo para a educação. Como é sabido pelos profissionais da educação, esta era apenas possibilitada apenas para a elite, que sempre teve regalias e que a massa não era contemplada.

Segundo as experiências evidenciadas no processo de ensino-aprendizagem, é possível perceber que a discrepância entre o ensino de qualidade e o ensino ofertado ainda é bastante notório

quanto à precarização do serviço. Embora todos os sujeitos da educação saibam da importância para a inclusão como afirma a OMS (2011, p. 2013) a seguir:

A inclusão de crianças e adultos com deficiência na educação é importante por quatro razões principais:

- A educação contribui para a formação do capital humano, sendo determinante no bem estar e riqueza pessoal.
- Excluir crianças com deficiência das oportunidades educacionais e de trabalho tem altos custos econômicos e sociais. Por exemplo: adultos com deficiência tendem a ser mais pobres que os sem deficiência, mas a educação equilibra a relação (8).
- Os países não poderão alcançar as Metas de Educação para Todos ou as Metas de Desenvolvimento do Milênio, de universalização da educação primária, sem garantir o acesso à educação das crianças com deficiência (9).
- Nem todos os países signatários do CDPD são capazes de cumprir com suas responsabilidades.

Entretanto, ao avaliar o processo evolutivo da educação como um todo, é compreensível que essas demandas sociais também estejam ligadas à questão política que não considera esta esfera como prioridade. É nesse ínterim que, inicialmente, pode-se discutir sobre a educação especial não em seu surgimento, mas,

sobre o ocorrido na contemporaneidade.

Para as crianças com deficiência, como para todas as crianças, a educação é vital em si mesma, mas também instrumental para sua participação na empregabilidade e outras áreas da atividade social. Em algumas culturas, frequentar a escola é parte da formação de uma pessoa completa. As relações sociais podem mudar o status das pessoas com deficiência na sociedade e afirmar seus direitos (10). Para as crianças sem deficiências, o contato com crianças com deficiência num cenário inclusivo pode, a longo prazo, aumentar a familiaridade e reduzir o preconceito. A educação inclusiva é, portanto, essencial para promover sociedades inclusivas e equitativas. (OMS, 2011, p. 214)

Fortemente a discussão sobre a educação em todos os seus percursos no tocante ao próximo retrocesso sendo pautado sobre a justificativa de que não existem verbas suficientes para manter com o mesmo nível tudo funcionando, a exemplo dessa situação, temos a privatização dos cursos lato senso das universidades federais.

A formulação surgida para superar o analfabetismo no país vem de um processo de exploração de resultados positivos para abarcar posições em que o país consiga alcançar prêmios satisfatórios. Entretanto, a realidade nas comunidades de base é

outra.

Em se tratando da realidade brasileira educacional, esta remete a uma análise sobre de que forma pode ser pensada a estrutura da educação na várias escolas existentes no país. Entretanto, não será a discussão principal deste capítulo, mas dialogar acerca da educação inclusiva e os desafios encontrados nas escolas municipais.

Muitas escolas municipais das quais foi possível ter contato com professores e alunos de escolas que não disponham de adaptações para crianças com necessidades especiais sente no dia a dia as dificuldades de conduzir com integridade as atividades exercidas pelos mestres.

1.6.1- A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NUM CONTEXTO EXCLUSIVO

Como é sabido pelos profissionais da educação, o universo educacional tem passado por muitas atenuantes que permitem ao profissional refletir sobre sua prática, principalmente num contexto

em que está dilacerada a questão do desrespeito, do preconceito, do racismo entre outras formas que denigrem a dignidade humana.

É possível iniciar a reflexão sobre os aspectos relacionados às crianças autistas, que, em sua particularidade, necessitam de atenção especial devido a sua condição que não permite compreensão igualada com os demais discentes.

Observando a realidade social de muitas crianças e adolescentes num contexto urbano carente, a estrutura física das unidades de ensino não permite que as crianças autistas possam ter e sentir o devido acolhimento por parte das instituições de ensino.

Nesse ínterim que o pedagogo consegue compreender os desafios encontrados no processo de ensino e aprendizagem por parte deste grupo que vem sendo resignificado em suas atividades cotidianas.

Quando se realiza uma análise sobre a sociedade contemporânea, faz-se necessário refletir sobre os percalços que

muitas famílias tendem a enfrentar devido à falta de compreensão por parte da equipe gestora em formar, equipar e possibilitar que crianças e adolescentes com autismo consigam ter melhor aproveitamento escolar.

Sem deixar de mão as demais categorias no que concerne a educação inclusiva que também trata de crianças que apresentam déficit de aprendizagem, por exemplo. Porém, esta será uma abordagem para textos posteriores.

A população precisa entender que a educação sempre foi alvo de muitas discussões. Se qualquer pessoas pegar os livros de história e adentrar-se às leituras com relação à ditadura militar¹ tido no Brasil em meados da década de 1960 a 1964 poderá perceber que a educação era algo muito restrito devido a sua importância em intervir socialmente.

O medo social de que as pessoas (crianças e jovens)

¹A obra *Ditadura Militar e Serviço Social*, de Marilda Villela Iamamoto traz muitas reflexões acerca da educação vivenciada no período trazido no texto acima.

começassem a refletir e a questionar. Profissionais de educação deveriam ensinar apenas o que era dito pelo órgão de segurança. Caso os profissionais descumprisem essa ordem, seriam torturados, quando não fossem mortos.

A pretensão de trazer esta reflexão sobre a ditadura militar não é para amedrontar quem realize a reflexão, mas identificar que a educação de base como a educação inclusiva teve diversas arestas que fomentam a exclusão, o que não pode ocorrer é que os profissionais e estudiosos acreditem na normalização da falta de inclusão em todos os aspectos as pessoas que precisem estudar, inteirar-se, compartilhar o conhecimento.

O bom de tudo é que ainda o crescimento da inclusiva continua a crescer como traz Silva (2010, p. 32-33):

[...] foram observadas ações governamentais visando a criação de instituições para atender às necessidades das pessoas com deficiência. Dessa forma, foram criadas escolas anexas aos hospitais e ao ensino regular. Além disso, instituições filantrópicas continuam sendo fundadas e, principalmente a partir de 1950, surgem institutos pedagógicos e centros de reabilitação,

geralmente particulares. Como dissemos anteriormente, nesse período muitas instituições foram criadas, sendo que grande parte delas existe até hoje e exerce um importante papel na prestação de serviço em educação especial.

Até os dias atuais existentes, instituições filantrópicas que mantêm o acesso das pessoas com necessidades especiais, mesmo que, com condições precárias.

1.6.2- A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE SOBRE A DEFICIÊNCIA VISUAL

Para início de diálogo, expressa-se a compreensão que Sá (2007, p. 13) traz:

A linguagem, a comunicação e as múltiplas formas de expressão cultural ou artística constituem-se de imagens e apelos visuais cada vez mais complexos e sofisticados. Os conteúdos escolares privilegiam a visualização em todas as áreas de conhecimento, de um universo permeado de símbolos gráficos, imagens, letras e números.

Porém, ao analisar os materiais para um público específico como os deficientes visuais, percebe-se que ainda existem muitos desafios para sanar esta situação e que esta lacuna social deve ser revista o quanto antes para que o acesso ilimitado seja posto e que

as demandas de acessibilidade não sobreponham os interesses de crianças, adolescentes e adultos quererem estudar.

A exemplo, temos os desafios que, para propiciar uma educação inclusiva de fato, faz-se necessário observar os livros que, em sua maioria, não são transcritos em braile, o que dificulta a vida dos estudantes com deficiência visual. Nesse sentido busca-se algo que consiga suprir esta necessidade social.

Mas o próprio Ministério deve rever essas questões já que, nas escolas públicas, a inserção de crianças com alguma deficiência vem crescendo demasiado. E que essa nova realidade é algo positivo do ponto de vista social, pois garante o acesso, mesmo que precário. Como bem traz Silva (2010, p. 13): “Assim, necessidades decorrentes de limitações visuais não devem ser ignoradas, negligenciadas ou confundidas com concessões, ou necessidades fictícias”.

Para que isso não ocorra, devemos ficar atentos em relação aos nossos conceitos, preconceitos, gestos,

atitudes e posturas com abertura e disposição para rever as práticas convencionais, conhecer, reconhecer e aceitar as diferenças como desafios positivos e expressão natural das potencialidades humanas. (SÁ, 2007, p. 13)

Assim, é possível possibilitar às pessoas que precisam estudar e desenvolver socialmente sua vida no que concerne à educação, sendo esta muito importante para o desenvolvimento humano e que consegue levar, através do campo das ideias, a lugares nunca visitados e que, além de explorar novos campos do conhecimento, possibilita aos estudantes com deficiência visual o sentimento da inclusão sem distinção.

A criança que enxerga estabelece uma comunicação visual com o mundo exterior desde os primeiros meses de vida porque é estimulada a olhar para tudo o que está à sua volta, sendo possível acompanhar o movimento das pessoas e dos objetos sem sair do lugar. A visão reina soberana na hierarquia dos sentidos e ocupa uma posição proeminente no que se refere à percepção e integração de formas, contornos, tamanhos, cores e imagens que estruturam a composição de uma paisagem ou de um ambiente. É o elo de ligação que integra os outros sentidos, permite associar som e imagem, imitar um gesto ou comportamento e exercer uma atividade exploratória circunscrita a um espaço delimitado. (SÁ, 2007, p. 15)

Sendo assim, as pessoas com deficiência visual precisam de

atenção por parte do poder público no intuito de fomentar a inclusão e manutenção do acesso não só à educação, mas, a diversos serviços. Dessa forma, será possível criar, descobrir e reinventar estratégias e atividades pedagógicas condizentes com as necessidades gerais e específicas de todos e de cada um dos alunos (SÁ, 2007, p. 13).

1.6.3- A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE SOBRE A DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Na atual situação brasileira com relação às escolas públicas e de acordo com as notícias que veiculam na mídia, a inserção de alunos com alguma deficiência vem crescendo bastante. Isso pode ser analisado do ponto de vista financeiro, já que em muitas escolas privadas o custo em manter alunos com alguma deficiência torna-se inviável para uma família que, por exemplo, recebe um salário mínimo.

Não diferente é o caso dos deficientes auditivos. Esse público é o que está tendo maior adesão às escolas públicas e o

próprio governo já vem acrescendo aos currículos o estudo da língua brasileira de sinais (LIBRAS) no tocante à aprendizagem de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, já que, culturalmente, as pessoas tendem a dividir o surdo do ouvinte e isso não torna nada fácil nem para a criança nem qualquer sujeito viver com essa distinção.

Para sustentar as reflexões realizadas até o momento, DAMÁSIO, (2007, p. 13) expõe que:

As pessoas com surdez enfrentam inúmeros entraves para participar da educação escolar, decorrentes da perda da audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas. Muitos alunos com surdez podem ser prejudicados pela falta de estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, sócio-afetivo, linguístico e político-cultural e ter perdas consideráveis no desenvolvimento da aprendizagem.

De acordo com o que DAMÁSIO nos mostra, é possível avaliar e compreender que nas escolas de referência desta pesquisa algumas inserções já foram realizadas, embora ainda há muito o que fazer. É muito pouco diante de um cenário caótico em que vivem as pessoas com deficiência auditiva.

O maior desafio é a inserção de profissionais que tenham habilidade de identificação das libras e consigam possibilitar aos estudantes surdos conhecerem o campo das ideias a partir dessa inclusão. É notório que nas escolas estaduais a inserção já vem sendo alcançada, no entanto, nas escolas da rede municipal a situação ainda é precária.

Estudos realizados na ultima década do século XX e inicio do século XXI, por diversos autores e pesquisadores, oferecem contribuições à educação de alunos com surdez na escola comum ressaltando a valorização das diferenças no convívio. Doravante deve-se entender o uso do termo pessoa com surdez auditiva, independente do grau da sua perda sensorial. Social e o reconhecimento do potencial de cada ser humano. (DAMÁSIO, 2007, p. 13)

É a partir dessa inserção que se inicia o processo de valorização do estudante na educação infantil. Nesse ínterim que se faz necessário observar e entender este novo formato da escola pública. O aluno que é surdo precisa estar inserido na escola regular e no convívio com os demais alunos. Segundo Damásio (2007, p. 14), “a inclusão de pessoas com surdez na escola comum requer que

se busquem meios para beneficiar sua participação e aprendizagem tanto na sala de aula como no Atendimento Educacional Especializado.”

A inclusão do aluno com surdez deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, garantindo-lhe, desde cedo, utilizar os recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional e usufruir seus direitos escolares, exercendo sua cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do nosso país. (DAMÁSIO, 2007, p.14)

Na verdade, o que deve ser realizado é a inserção de profissionais que obtenham os conhecimento devido para intérprete e/ou capacitarem os professores para esta nova realidade.

No entanto, o docente precisa ser valorizado nesse sentido para que consiga abarcar mais essa função dentro da sala de aula. Vale salientar que, para além da questão financeira, outro desafio que se evidencia na contemporaneidade é a questão da superlotação na sala de aula.

Trazendo como exemplo as escolas que foram visitadas no início desta pesquisa, foi possível observar que em turma das séries

iniciais existia uma média de 30 a 40 alunos e esta situação não colabora em nada para o professor poder desenvolver aspectos de desenvolvimento cognitivo individual.

É preciso entender que a educação é algo que precisa ser reformulado no sentido de inserir a educação inclusiva de forma plena e sem nenhum arranhão e que não venha no futuro prejudicar nenhum aluno, seja ele em qualquer situação.

Este desafio de ensinar e atingir as metas de forma plena torna hoje um desafio para toda classe educacional, já que, tanto os gestores quanto os professores, precisam estar atentos às novas formas de ensinar e compreender o campo educacional dentro de um cenário inclusivo.

Segundo alguns professores, é mais fácil ensinar em classes especiais das escolas comuns, pois, essas classes além do agrupamento ser constituído apenas por alunos com surdez, a comunicação e a metodologia de ensino da língua escrita e oral são as mesmas para todos. Entretanto nessas classes os alunos com surdez não tem sido igualmente beneficiados na aprendizagem. (DAMÁSIO, 2007, p.20)

Não é diferente da realidade de muitas escolas visitadas,

não diferente das informações veiculadas na mídia seletiva. Esse é um problema que está aí para todos verem, porém, o que acontece é a manipulação para que este problema atual e presente nas escolas municipais seja visto como algo já solucionando quando na verdade não existe nem o apoio educacional para a questão em tela.

Muitas reformas educacionais estão sendo estudadas, mas até o momento não foi possível identificar mudanças educacionais para o público surdo. Essa situação deixa os profissionais de educação mais atentos e preocupados com o nível de escolarização desses alunos com necessidades especiais. Pois, segundo Damázio, (2007, p. 21) “é preciso fazer a leitura desse movimento político cultural e educacional, procurando esclarecer os equívocos existentes, visando apontar soluções para os seus principais desafios.”

Nesse sentido, o ensino no Brasil, mais especificamente no Nordeste precisa urgentemente de uma reformulação do ensino e

em especial para escolas de ensino regular que tenham em seu quadro de alunos crianças com surdez e também nas escolas especiais que atendam a esta demanda.

Espera-se que nesses próximos anos se consiga avançar um pouco no que diz respeito à inserção, ou melhor, à inclusão de todos que necessitem da educação, já que, segundo a constituição, a educação é universal.

1.6.4- A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE SOBRE A DEFICIÊNCIA FÍSICA

A educação tem sido fortemente discutida sobre sua proposta contemporânea. Essa discussão permeia todos os aspectos sociais da educação, visto que a educação não abrange apenas as pessoas que tenha todos os seus membros completos e/ou saudáveis, mas, também, a todas as pessoas incluindo as que necessitam de alguma atenção especial.

Atualmente é muito comum ouvirmos discursos políticos, vermos campanhas publicitárias e acompanharmos ações de organizações não

governamentais que têm como tema principal a inclusão social de grupos que historicamente foram excluídos da nossa sociedade. Vivemos um momento de luta pela igualdade de direitos e pela equiparação de oportunidade para todas. Na área da educação, esse movimento foi traduzido como inclusão escolar e hoje faz parte do cotidiano de todos aqueles envolvidos direta ou indiretamente com as questões educacionais. (SILVA, 2010, p. 93)

Nesse ínterim, é possível avaliar a educação inclusiva atual como um processo árduo de inserções que tiveram várias falhas no que compreende a inclusão de pessoas com suas deficiências. Pois, mesmo esta discussão sobre a educação inclusiva remete também a diversos aspectos que estruturam a lógica da inclusão, vistas a seguir:

- **Calçadas inacessíveis**

Uma pessoa que estude em determinada escola e que precise ir até ela sem necessariamente ter alguém acompanhando não poderá realizar este percurso, pois as calçadas foram construídas apenas para os pedestres não cadeirantes, por exemplo.

Como fica a situação das pessoas que utilizam a cadeira de

rodas para se locomover. Faz-se necessário avaliar esses mecanismos que influenciam bastante a vida das pessoas com deficiência física.

Também se pode levar em conta pessoas com utilizam suporte como muletas para se locomover. As calçadas foram construídas em desacordo com a realidade. Vale salientar que o ideal dessas calçadas seria, nesse sentido, que todas fossem alinhadas e que não houvesse obstáculos no trajeto.

Esse é um fator que contribui para o acesso ou não à escola. É importante frisar que não será deleitado acerca do desafio do tráfego nas calçadas das cidades em sua maioria por parte dos deficientes físicos, mas aborda-se sobre a questão devido às problemáticas que emponderam os dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

Em se tratando do IBGE, que traz um mapeamento da situação brasileira será abordado no próximo item para que

promova um conhecimento acerca da apropriação do assunto, entretanto, vale salientar que os dados que serão apresentados foram colhidos para a publicação na edição de 2010.

Quando são observadas as questões sociais acerca das pessoas com necessidades especiais, estas causam certa preocupação nos profissionais da educação que trabalham diretamente com o público citado anteriormente, pois, muito se discute sobre diversos aspectos incluídos na sociedade, porém, a causa da inclusão, diante da situação social vigente, parece não ser uma das prioridades para o poder público.

Sobre essa afirmação, temos a quantidade de escolas adaptadas para atender a crianças, adolescentes e todas as pessoas que necessitem estudar e que, por motivos de locomoção e/ou de estruturação escolar, não permite o acesso.

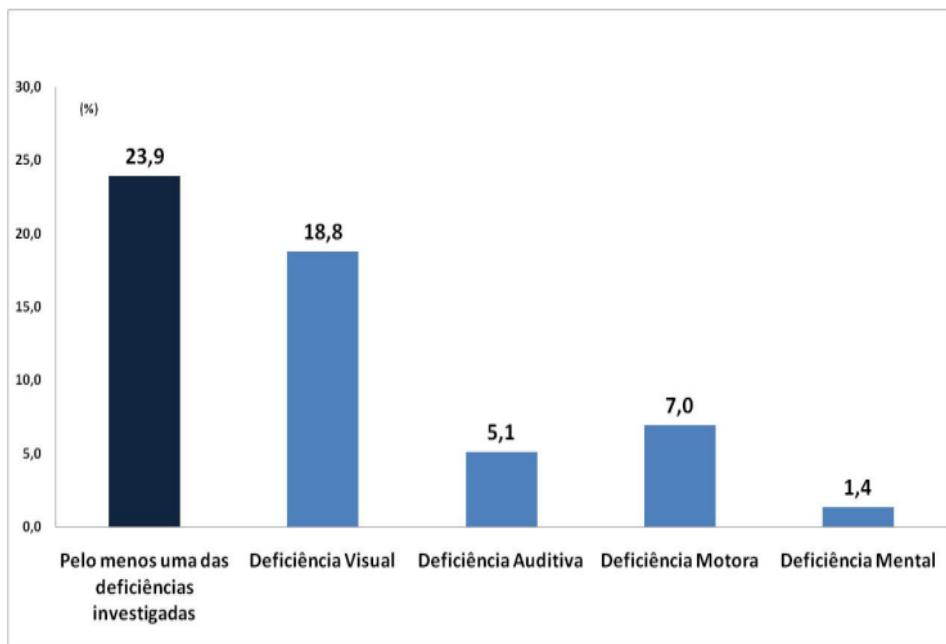
1.6.5- A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS ESTATÍSTICAS

É possível realizar uma avaliação sobre as questões acerca

dos dados que demonstram a situação, em termos de dados estatísticos, a questão dos deficientes físicos como será exposto adiante. Se for realizada uma análise sobre o aspecto histórico, é possível perceber que houve um crescimento sobre o aspecto aqui apresentado.

Conforme o percentual da população com deficiência, segundo o tipo de deficiência como demonstra o gráfico a seguir, remete-se a uma reflexão sobre as possibilidades que devem ser dialogadas com a realidade.

Gráfico 1: Percentual da população com deficiência, segundo o tipo de deficiência investigada.



Fonte: IBGE, 2010.

Consoante o apresentado acima, a quantidade de pessoas que apresentam deficiência é bastante significativa e mostra a realidade que está em todos os espaços sociais. Ao analisar todo o cenário contemporâneo, questiona-se sobre como ficará a situação das pessoas que necessitam de atenção especial.

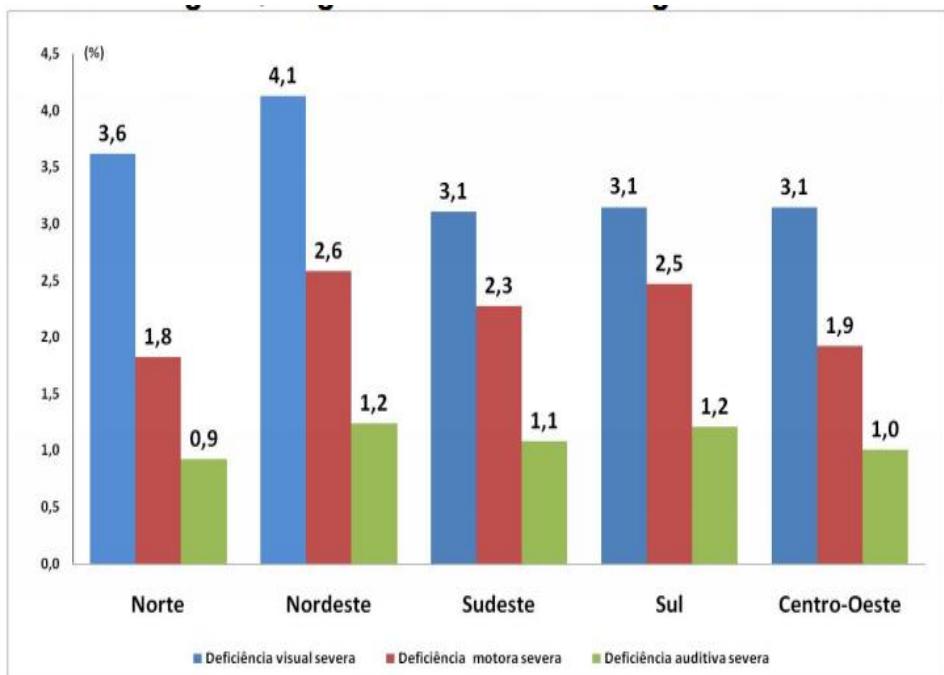
Dentro do que foi apresentado no gráfico acima, é possível

observar que a deficiência visual é a que concentra o maior índice com relação aos demais itens pesquisados, como a deficiência auditiva, deficiência motora, deficiência mental.

O processo evolutivo das deficiências vem apresentando dados que possibilitam compreender a importância da reformulação da estrutura escolar para atender as demandas apresentadas no gráfico anterior. As escolas precisam trabalhar e implantar o acesso à educação.

Nesse ínterim, o profissional da educação que está próximo às pessoas com necessidades especiais e que precisam estudar para que se inclua juntos aos demais colegas de sala, o sentimento de igualdade e que negue a qualquer forma de preconceito, algo ainda muito presente na sociedade contemporânea.

Gráfico 02: Percentual da população por tipo de deficiência severa investigada, segundo as Grandes Regiões



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010

Ao fazer um recorte acerca da região Nordeste, tem-se, segundo o IBGE (2010), a deficiência visual severa apresenta um quadro preocupante, pois traz um número de 4,1%, onde a deficiência motora severa apresenta um dado de 2,6% da população, ainda para apresentar o quadro geral, 1,2% apresenta deficiência auditiva severa. Segundo o IBGE (2010), “são

consideradas com deficiência severa as pessoas que declararam as opções de resposta “sim, grande dificuldade” ou “sim, não consegue de modo algum” para as deficiências visual, auditiva e motora ou declararam ter deficiência mental”.

Assim, a situação sobre a inclusão na educação de pessoas que precisam estudar e inserir-se no processo de ensino e aprendizagem, necessita que o conjunto dos poderes municipal, estadual e federal enxergue à luz da evolução social.

Partindo da evolução social, o MDS (2011, p. 215) expõe um gráfico que permite observar a deficiência a partir da faixa etária e após o gráfico poderá ser discutido acerca da inclusão dessas pessoas à educação.

Gráfico 3: Resultados de educação para respondentes com deficiência e sem deficiência

Indivíduos	Países de baixa renda		Países de alta renda		Todos os países	
	Não Deficientes	Deficientes	Não Deficientes	Deficientes	Não Deficientes	Deficientes
Homens						
Conclusão do Fundamental	55.6%	45.6%*	72.3%	61.7%*	61.3%	50.6%*
Média de Anos de Educação	6.43	5.63*	8.04	6.60*	7.03	5.96*
Mulheres						
Conclusão do Fundamental	42.0%	32.9%*	72.0%	59.3%*	52.9%	41.7%*
Média de Anos de Educação	5.14	4.17*	7.82	6.39*	6.26	4.98*
18–49 anos						
Conclusão do Fundamental	60.3%	47.8%*	83.1%	69.0%*	67.4%	53.2%*
Média de Anos de Educação	7.05	5.67*	9.37	7.59*	7.86	6.23*
50–59 anos						
Conclusão do Fundamental	44.3%	30.8%*	68.1%	52.0%*	52.7%	37.6%*
Média de Anos de Educação	5.53	4.22*	7.79	5.96*	6.46	4.91*
60 ou mais anos						
Conclusão do Fundamental	30.7%	21.2%*	53.6%	46.5%*	40.6%	32.3%*
Média de Anos de Educação	3.76	3.21	5.36	4.60*	4.58	3.89*

A partir do que está exposto no gráfico acima, é possível analisar que os países com alta renda têm um melhor aproveitamento educacional devido a sua condição financeira. Em contrapartida, temos os resultados apresentados dos países de baixa renda que apresentam um quadro não satisfatório.

Voltando aos exemplos de países específicos, as evidências mostram que jovens com deficiências têm menor probabilidade de estarem na escola do que seus

pares sem deficiências. Este padrão é mais acentuado em países mais pobres. A diferença entre os índices de frequências no Ciclo Fundamental entre crianças com deficiência e sem deficiência vão de 10% na Índia a 60% na Indonésia e, para o Ensino Médio, de 15% no Camboja a 58% na Indonésia. Dados de Malaui, Namíbia, Zâmbia e Zimbábue mostram de 9% a 18% das crianças com 5 anos de idade ou mais sem deficiência que nunca foram à escola, porém de 24% a 39% das crianças com deficiência nunca estiveram na escola. (MDS, 2012, p. 215)

Ainda sobre o gráfico apresentado, temos:

Os índices de matrícula também diferem conforme o tipo de deficiência, com crianças com deficiência física tendo geralmente melhor desempenho que crianças com deficiência intelectual ou sensorial. Por exemplo, em 2006 em Burkina Faso, somente 10% das crianças com deficiência auditiva de 7 a 12 anos estavam na escola, enquanto 40% das crianças com deficiência física estavam matriculadas, índice só levemente menor que as crianças sem deficiência. Em Ruanda, somente 300 de 10.000 crianças com deficiência auditiva no país foram matriculadas em escolas primárias e secundárias, com outras 9 numa escola secundária particular.

Os desafios não param por falta de estruturas nas escolas, a situação evolui quando se trata de estrutura em escolas rurais. É possível que muitas pessoas permaneçam fora da escola devido à falta de estrutura mínima, como por exemplo, a falta da escola, a falta do transporte, a falta de procedimentos e/ou preparo dos

profissionais de educação.

Faz-se necessário que haja uma integração entre as pessoas para que elas cobrem de quem é de direito este direito social. A educação que é para todos não deve permanecer na ilusão de que é assim mesmo, mas articular-se no sentido de fomentar o desenvolvimento.

Nesse ínterim, a inclusão deve ser respeitada e efetivada para haver o desenvolvimento tão almejado e discutido nos debates acadêmicos. O desenvolvimento tratado neste texto não está apenas relacionado à questão estrutural, mas também ao cognitivo das pessoas com necessidades especiais.

Os dados sobre crianças com deficiência com necessidades especiais de educação são prejudicados por diferenças nas definições, classificações e categorizações (29, 30). As definições e métodos para medir a deficiência variam entre os países com base em pressupostos sobre as diferenças e deficiências humanas e a importância dada aos diferentes aspectos da deficiência – impedimentos, limitações de atividade, e restrição de participação, condição de saúde relatada e fatores ambientais. O propósito e as intenções subjacentes dos sistemas de classificação e categorização relativa são múltiplos,

incluindo: identificação, determinação de elegibilidade, administração e intervenções de supervisão e monitoramento. Muitos países estão abandonando os modelos baseados em medicina para identificar estados de saúde e diminuições de capacidade, que focam a diferença no indivíduo, em favor de abordagens interativas na educação, que levam em consideração o meio ambiente, de acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). (MDS, 2012, p. 217)

Assim, são diversos os fatores que dificultam a realização completa da inclusão na educação de todas as pessoas que necessitam.

CAPÍTULO 02

METODOLOGIA

METODOLOGIA

2.1. CARACTERÍSTICA DA PESQUISA

O estudo foi desenvolvido por uma análise de dados levantados numa escola pública para aprimorar cada vez mais a educação inclusiva, gerando, assim, uma maior aceitação da inclusão a serviço da educação. Para a realização deste estudo, foi utilizada uma pesquisa de campo utilizando um questionário como demonstra no apêndice 01, sendo ela ao nível explicativo, e de um estudo do tema, que teve como fundamentação uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão, analisa integralmente os aspectos concernentes ao desenvolvimento educacional visando o desempenho dos profissionais da educação junto a família na formação do indivíduo a serviço do processo em sala de aula que irá influenciar na vida em sociedade, criando subsídios para o mesmo poderá a desenvolver a inclusão social na educação, que, segundo Vergara (2005, p. 62, visaa tornaa algo inteligível,

justificando os motivos.

O desenvolvimento deste estudo partiu de dados primários, que, segundo Mattar (2001, p. 48), são aqueles que não foram antes coletados sendo coletados para atender as necessidades específicas da instituição de ensino. De acordo com Vergara (2005, p. 38), há dois tipos de pesquisas: a qualitativa e a quantitativa, que serão necessárias para a compreensão do estudo em questão.

Já para a pesquisa-ação, a mesma vem compreender as ações que serão desenvolvidas dentro da pesquisa, pois Vergara (2005, p. 43) aborda a pesquisa-ação como métodos de ações que ajudam a compreender seu papel na pesquisa.

A pesquisa qualitativa é identificada por ajudar a compreender questões e mostrar como elas são importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Essa pesquisa revela áreas de consenso, tanto positivas quanto negativas nas opiniões das respostas, determinando quais as ideias têm forte reação emocional,

sendo muito útil no desenvolvimento e melhoramento de novas práticas educacionais.

A pesquisa quantitativa é utilizada quando se pretende descobrir quantas pessoas de uma população compartilham uma característica ou um grupo de características. Segundo Gil (2010, p. 203), essa pesquisa foi projetada para gerar medidas de ações precisas e confiáveis que permitam uma análise estatística, podendo medir opiniões, atitudes e preferências como comportamento de inclusão, sendo classificada como pesquisa aplicada.

2.2. TEMPO DE PESQUISA

O estudo foi realizado na Escola Municipal Fábio Corrêa de Oliveira Andrade que fica em Fazenda Nova, no município de Brejo da Madre de Deus, Pernambuco, Brasil, rede pública, no período de dezembro de 2014 a setembro de 2015, com todos os seus funcionários e uma quantidade relativa de alunos, tendo o objetivo de identificar todos os pontos que envolvem a inclusão e o que

precisa melhorar.

2.3. ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram analisados conforme a triangulação, que segundo Thiollent (2008), consiste em descrever, quantificar e analisar simultaneamente os dados obtidos, assim como Vergara (2005).

2.4. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

A pesquisa foi realizada mediante consentimento dos autores conforme a resolução n.º 196 de 10 de outubro de 1996 (BRASIL, 1996), do conselho nacional. Foi elaborado um termo de consentimento livre e esclarecido, de acordo com apêndice 02, e aprovado pela direção da escola municipal Fábio Corrêa de Oliveira Andrade, Fazenda Nova, Brejo da Madre de Deus, Pernambuco, Brasil.

CAPÍTULO 03

RESULTADOS E DISCUSSÃO

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante dos dados colhidos, é possível visualizar um macro de informações importantes e que serviu para que se possa ter uma análise mais perscruta acerca dos dados. Entende-se que a educação hoje para além das transformações acometidas ao longo de sua história teve por um momento longo muito machucado devido às intervenções por parte de alguns poderes como política, por exemplo. Vale informar que as entrevistas foram realizadas com as séries iniciais, compreendendo os ensinos do 1º ao 5º ano.

Partindo desse pressuposto, foram expostos abaixo os resultados de forma dinâmica, o que permitiu uma compreensão evolutiva sobre esta pesquisa bem como possíveis diagnósticos/soluções para futuras implantações de equipamentos que ajudem no acompanhamento das pessoas que necessitem de atenção especial, seja no âmbito escolar como em outras unidades especializadas.

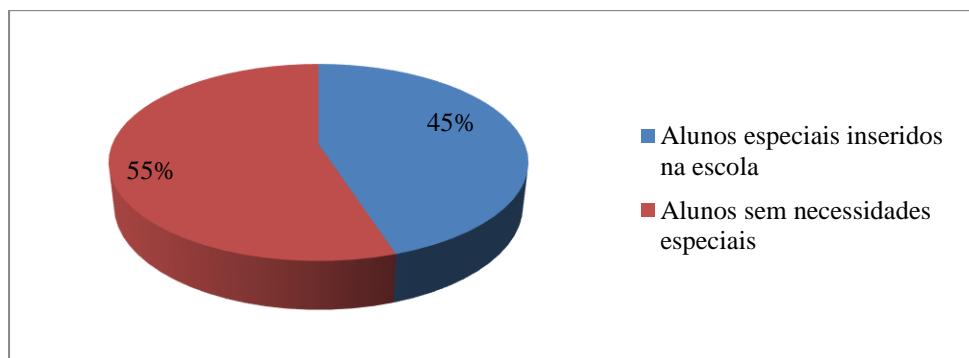
Compreendendo as várias ideias, opiniões e dados que nos eram oferecidos, porém, para nossa surpresa, todos imaginavam que alunos em cadeira de rodas e deficientes visuais eram os únicos excluídos. Ora, se somente fossem os excluídos, as pessoas sem nenhuma limitação física estariam incluídas em todos os processos econômicos e sociais no nosso país e no mundo. Ao desconsiderar outras formas de exclusão, simplificam-se os diversos problemas que afetam a sociedade totalizada, seja no processo de um banheiro adaptado ou até mesmo a toda uma estrutura voltada para a inclusão. Partindo dessa premissa, a inclusão por meio de atividade como uso do computador, do ponto de vista da criança a ser uma forma preventiva e não corretiva dinclusão,ão como foi pensado por nós no momento da apresentação da proposta do tema.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO EM ESTUDO

A quantidade de pessoas que nascem com alguma

deficiência vem crescendo bastante, preocupando os professores e principalmente os pais pelo nível de acessibilidade que é bastante baixo. Quando os professores foram questionados acerca da presença de aluno com deficiência nas salas de aula, a maioria das respostas foi negativa, entretanto foi percebido que o nível positivo de alunos inseridos nas escolas é bastante significativo, chegando a 45% entre alunos portadores de alguma deficiência e 55% alunos que não são portadores.

Gráfico 01: Alunos com deficiência



Fonte: Pesquisa realizada da escola selecionada para atividade, ano-2015

A preocupação atual das escolas é em receber alunos que de alguma forma necessitem de cuidados especiais para escolas sem

nenhuma estrutura física e humana de receber. Faz-se necessário reaver todas as escolas no intuito de adequar e, assim, garantir o acesso, como demonstra o gráfico 1 onde 45% das escolas têm alunos inseridos, quando 55% dos estudantes são alunos sem necessidades especiais.

A deficiência é uma relação que vai mais além do que a luta pelos direitos da igualdade, mediante uma luta que visa sempre a inclusão destes deficientes em circunstâncias. Nesta relação, a deficiência é vista por Sasaki, (2003, p. 78) como um termo correto para se referir às pessoas (alunos) com deficiência que seja válido definitivamente em todos os tempos e espaços, pois a cada época são utilizados termos cujo significado seja compatível com os valores vigentes em cada sociedade, enquanto esta evolui em seu relacionamento com as pessoas com deficiência. A relação entre deficiência e aluno portador de deficiência torna mais desafiadora o trabalho do professor em sala de aula em, além de diluir os

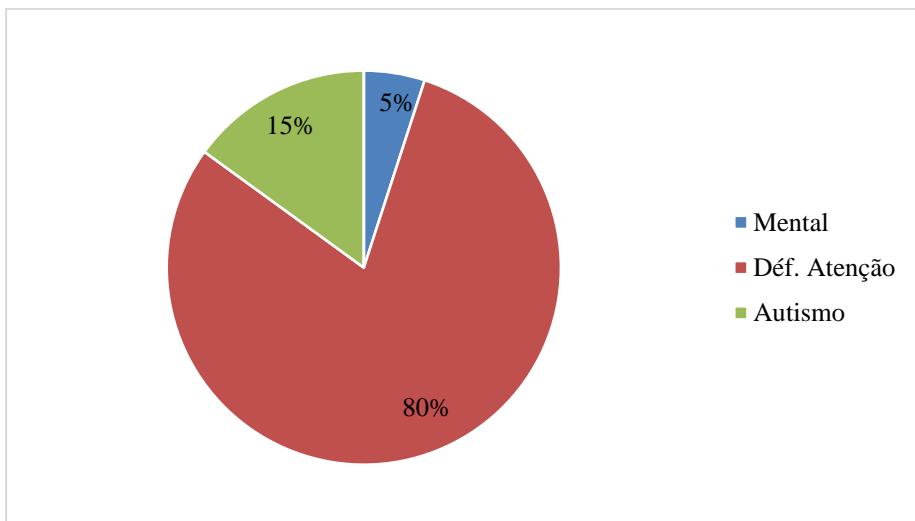
preconceitos, dever trabalhar de forma inclusiva com todos os alunos.

Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra. Não posso estar no mundo de luvas nas mãos constatando apenas. A acomodação em mim é apenas caminho para a inserção, que implica decisão, escolha, intervenção na realidade. (FREIRE, 2002, p.46)

A liberdade em que os brasileiros são condicionados pela justiça brasileira é ainda falha, devido ao excesso de falta de limites aos sem limites. Nessa reflexão é possível compreender que um estudante, além de seus interesses individuais, deve, em seu entendimento, buscar compreender o mundo a sua volta.

É comum perceber muitos estudantes sempre voltados ao mundo digital, o que pode ser um contribuinte para a falta de atenção ao que se conhece por teoria. Aproveitando o ensejo dos escritos acima, pode-se informar que a maior quantidade de alunos portadores de deficiência em déficit de atenção é relevante em relação à deficiência mental e ao autismo.

Gráfico 02: Tipos de deficiência dos alunos



Fonte: Pesquisa realizada da escola selecionada para atividade, ano de 2015.

A atenção vivencia hoje uma guerra entre os que estão à frente nos assuntos e disciplinas escolares com relação aos portadores da deficiência com maior índice, chegando ao nível de 80% dos resultados, quando o autismo chega ao nível de 15% e mental 5%, como mostra o gráfico 02.

Mas esse resultado de 5% e 15% não é porque não existam alunos nessa situação, mas devido à falta de estrutura para receber os alunos citados. Embora tenhamos leis que obriguem que as

escolas se adéquem à realidade, como diz a lei 7.853 de 24 de outubro de 1989, ainda falta muito para que elas consigam atender a todo o público escolar de forma igualitária. Sobre a lei citada e com relação à educação, tem-se o seguinte:

I - na área da educação:

- a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação própria;
- b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;
- c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;
- d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;
- e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;
- f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino;

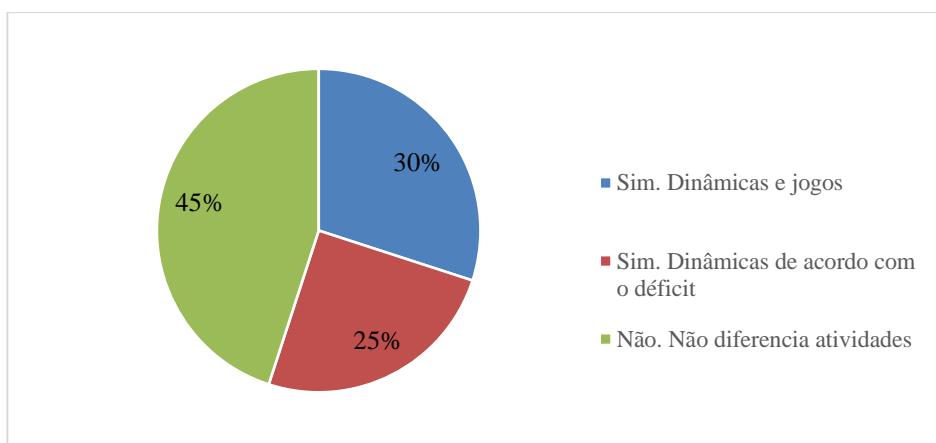
Seria muito significativo se as escolas públicas e privadas se adequassem ao que foi proferido e sancionado. Mas a realidade é outra, poucas escolas públicas atendem ao perfil em tela, as escolas particulares ainda conseguem atender, mesmo de forma precária, um quantitativo significativo.

Déficit é uma palavra que vem sendo desenvolvida nos últimos dez anos, apresentando uma relação que vai mais além do tipo de deficiência. O déficit é um termo científico usado para alguns tipos de deficiências. Para Marques (2008, p. 209), o déficit é o termo usado para vários tipos de Déficit principalmente os de atenção e autismo, que precisam ser tratados não como doença, mas sim como um processo de deficiência que precisa ser trabalhado como deficiência mediante ao seu tipo ou grau.

Compreende-se que a deficiência deve ser tratada de forma especial para não deixar o discente diferente dos demais. Na ocasião surge um questionamento: como desenvolver de forma igual ao

diferente? Segundo Almeida (2014), essas crianças se sentem felizes por poderem participar da vida, conviver e brincar com outras crianças, aprender com as demais. O diferente nesta seção são as formas de dinâmicas especializadas que desenvolvem gradualmente o cognitivo das crianças com déficit de atenção. O professor deve, de alguma forma, conciliar as dinâmicas de aprendizagem, propiciando o ajuntamento das dinâmicas para o alunado geral e específico.

Gráfico 03: Métodos utilizados com crianças especiais



Fonte: Pesquisa realizada da escola selecionada para atividade, ano-2015

Dessa forma, é louvável que a técnica utilizada pelo docente em sala de aula contribua para o bom funcionamento da relação e das atividades lúdicas dos alunos. Para que fosse feito uma coleta direcionada, foi elaborada a seguinte questão: Quais os métodos utilizados para trabalhar com estas crianças especiais? Há diferencialmente para demais alunos? Diante dos dados coletados, pode-se verificar que se abre uma discussão sobre o tratar de forma diferente e que, ao mesmo tempo devem-se unificar as atividades, mesmo com alunos que exigem o diferente, mesmo que seja somente com dinâmicas de desenvolvimento. Pelo que foi colhido, 45% do professorado acreditam não haver necessidade de diferenciar as atividades entre os alunos portadores de deficiência dos alunos sem deficiência. Talvez seja uma atitude louvável, entretanto, ela será debatida com os demais resultados, nos quais consta que 30% do professorado expuseram que tratam de forma diferenciada os alunos e sempre propõem dinâmicas atrativas. Já

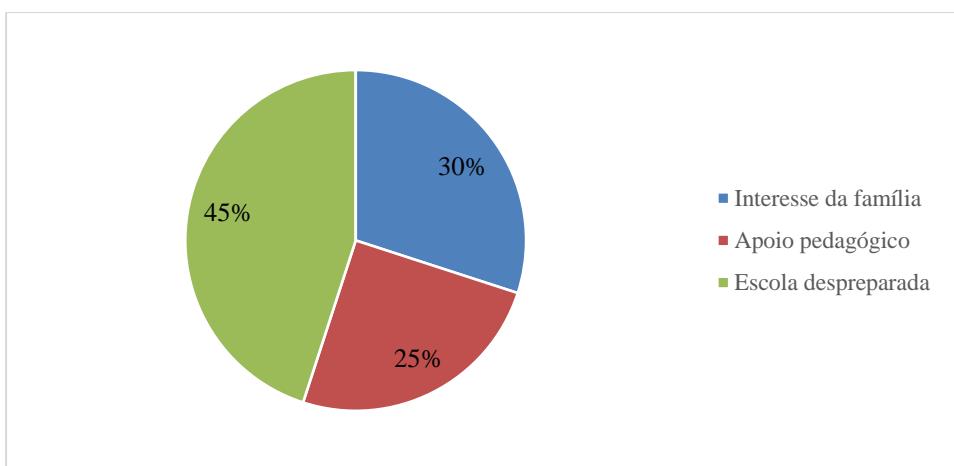
25% dos professores acreditam que tratar de forma diferente é importante, embora as dinâmicas devam ser de acordo com o tipo de deficiência e grau da mesma, conforme mostra o gráfico 03.

”..[] Mudar a escola é enfrentar muitas frentes de trabalho, cujas tarefas fundamentais a meu ver são as que seguem: recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos; reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico entre os professores, administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania; garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não segregue e que reprove a repetência.; formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções.” (MANTOAN, 2006, p. 41-42).

Talvez seja um embate que esteja em muitos outros, devido a sua peculiaridade intelectual. É claro que a melhor forma de trabalhar com o aluno especial é a forma que se tenha um melhor rendimento do aluno. Segundo MANTOAN (2006), estudos e experiências realizadas no Brasil e no mundo demonstram que a Educação Inclusiva é benéfica para todos os envolvidos.

A relação método e aluno precisa ser trabalhada como meio de oferecer subsídios para o desenvolvimento, oferecendo jogos dinâmicos e aulas expositoras que envolvam todos os alunos mediante as limitações que apresentam diante de algum tipo de deficiência. Para Freire (2006, p, 56), os métodos usados junto à prática da docência precisam ser interpretados pelos alunos de forma que os mesmos possam apresentar uma relação de aprendizado a serviço do aprender.

Gráfico 04: Dificuldades encontradas



Fonte: Pesquisa realizada da escola selecionada para atividade, ano - 2015

Sabendo das dificuldades encontradas no dia a dia e vivenciadas durante a pesquisa, reconhece-se necessários alguns ajustes para que a escola consiga controlar as dificuldades, como se expõe o gráfico 4, que 45% dos entrevistados acham que a maior dificuldade é a estrutura da escola, uma escola despreparada dificulta em muitas atividades, 30% dos entrevistados falaram que a maior dificuldade é o interesse da família, enquanto 25% afirmam que a dificuldade maior é o apoio pedagógico. Silva (2010) destaca que a falta de recursos humanos especializados é uma dificuldade e que esta talvez seja a mais preocupante, já que a inclusão na escola precisa de profissionais especializados, como, por exemplo, intérprete de libras, psicólogo, entre outros.

Certamente o trabalho desenvolvido pelos professores em sala com alunos que precisam de atenção especial traga junto a vontade de aprender muita técnica para saber desenvolver cada criança de acordo com suas possibilidades. Segundo Nascimento

(2012), a Educação Inclusiva no Brasil é hoje um desafio a ser enfrentado dia após dia para os profissionais da Educação.

Dentro os questionamentos realizados com os professores das escolas já citadas, foram questionados quais eram as dificuldades encontradas para desenvolver o trabalho com os alunos. Este questionamento é bastante pertinente, pois, nas escolas visitadas, uma das questões mais levantadas foi a citada anteriormente.

É claro que a família deve ser bastante presente na vida escolar para que seu próprio familiar se sinta bem. Em muitas situações, de acordo com o que foi observado nas entrevistas, é que a família é omissa em apoiar o filho, bem como os professores, e isto é um problema que está relacionado com o pensamento de alguns pais em achar que a responsabilidade é somente da escola, quando, na verdade, é de todos. Outro debate acerca deste gráfico é a questão pedagógica que falha no quesito material e formação

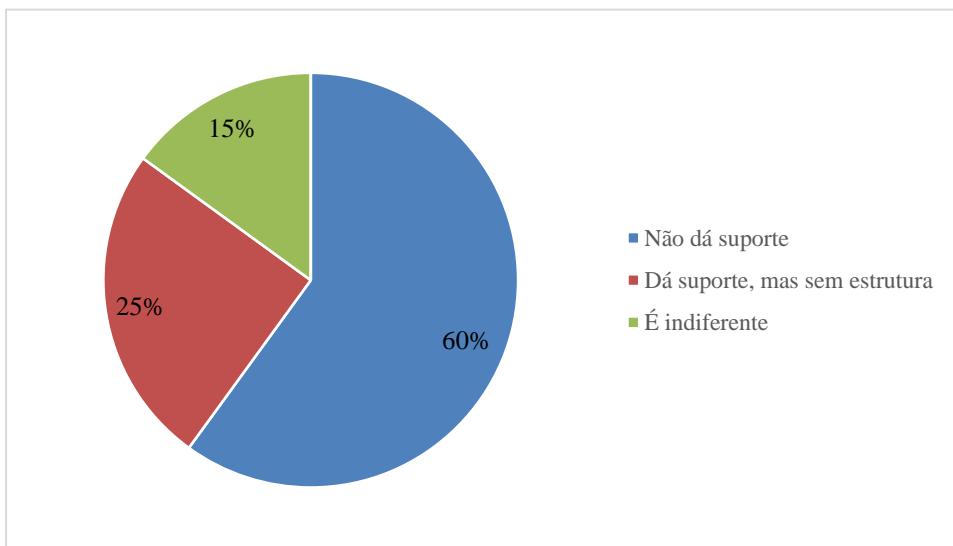
docente. Algo que ainda precisa ser reavaliado criteriosamente por parte da gestão. Um desafio também é a estrutura da escola. Em alguns casos, encontra-se escola sem acesso de rampa para crianças cadeirantes, entre outras situações que não evidenciaremos nesta pesquisa.

Dessa forma, Silva (2010, p. 153) relata que a parceria entre familiares e profissionais é fundamental para o bem-estar do aluno com necessidades educacionais especiais, assim como para seu sucesso acadêmico. A autora ainda acrescenta que não podemos desconsiderar a participação dos familiares no planejamento do programa educacional voltado para esses alunos.

Trabalhar com deficientes requer muita atenção, pois os portadores de necessidades especiais apresentam algumas limitações que precisam abordar a forma correta de identificar essas limitações onde cada criança precisa estar amparada pela atenção dos diversos profissionais que atuam na área de educação. Para

Oliveira (2006, p. 56) o mesmo aborda as limitações como um processo de superação, pois os alunos portadores de deficiências precisam ser incentivados a superar suas limitações. Nesta relação, o professor tem um papel importantíssimo na superação, o profissional precisa levantar a autoestima dos deficientes mostrando que os mesmos são capazes.

Gráfico 05: Apoio pedagógico da escola para elaboração de aulas



Fonte: Pesquisa realizada da escola selecionada para atividade, ano - 2015

O apoio pedagógico é de extrema importância para

propiciar ao profissional melhores condições de explorar novas formas de ensinar, mediar e/ou facilitar o aprendizado. De fato, na atualidade o desafio de atuar sob a nova conjuntura estrutural para os alunos com necessidades especiais tem deixado as unidades escolares fora de sua zona de conforto e encarando de forma cautelosa toda necessidade para acolher o “novo público”.

Silva (2010, p. 167) traz que uma das maneiras de manejar como o conteúdo será transmitido aos alunos é o controle do tempo, ou seja, aumentar o tempo no qual o aluno está engajado em tarefa. Pois, assim, o aluno poderá de forma tranquila realizar todas as tarefas a ele destinadas.

Mas, para toda ajuda precisa de colaboração por parte do incentivador maior que é a escola num todo, podendo ser exposto em especial a gestão. Pensando nessa possibilidade de ajuda da escola, foi refletida uma questão sobre se a escola dá algum suporte pedagógico na elaboração de aulas para alunos especiais.

A pesquisa observou que 15% dos professores falaram que a escola não dá suporte na área pedagógica, o que dificulta o desenvolvimento do aluno e da proposta realizada pelo professor em sala. Observou também que 60% dos entrevistados informaram que não recebem apoio pedagógico e 25% acham que dá apoio, porém, sem estrutura.

No gráfico 05, pode-se observar a relevância dessa situação nas escolas entrevistadas. Será esta situação normal para um ambiente de compartilhamento e ajuda mútua. Este e outros questionamentos surgem ao passo que vai se discutir sobre a importante ajuda do corpo gestor escolar.

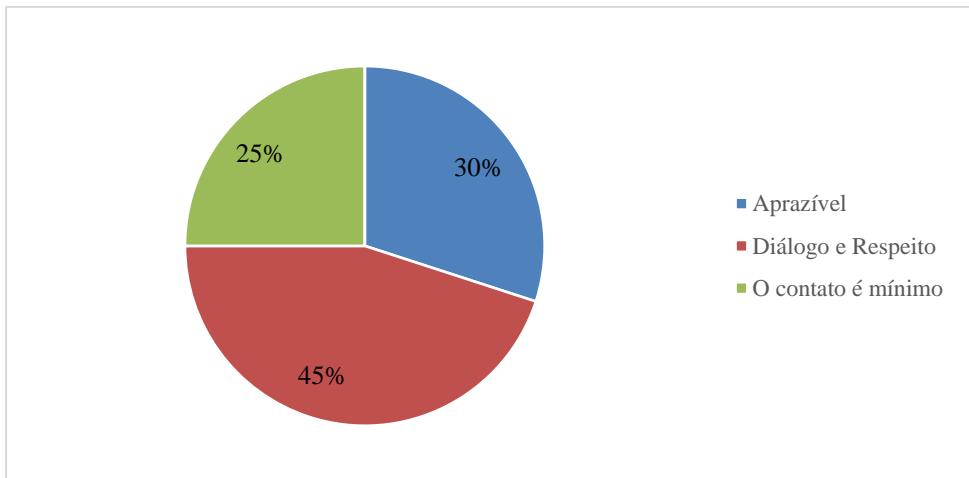
O apoio pedagógico precisa ser trabalhado junto às ações que serão apresentadas para todos os deficientes, abordando uma metodologia de incentivo junto à realidade de cada portador de deficiência que atua em sala de aula. Para Freire (2006, p. 109), o apoio pedagógico depende muito de todos os métodos a serem

elaborados nas aulas apresentados pelos profissionais que atuam na área de educação inclusiva.

Como informou Freire (2006), sobre o método a ser abordado, é preciso reavaliar a relação entre escola/professor com os pais dos alunos especiais. Esta talvez seja uma questão elementar para que se possa compreender a conjuntura complexa da escola no sentido de desvendar sobre o desenvolvimento do aluno e as implicações dependentes da relação professores-pais.

Nessa perspectiva, surge um novo questionamento discutido e refletido com os professores. Houve métodos para desenvolver aulas dinâmicas e inclusivas com esses alunos especiais? Esta pergunta remete a uma reflexão mais perscrutada ao que vem sendo elaborado nas demais escolas. É claro que não iremos discutir as demais escolas, mas aquela em que estamos realizando a pesquisa atual.

Gráfico 06: Contato entre escola e pais.



Fonte: Pesquisa realizada da escola selecionada para atividade, ano - 2015

O contato entre a escola e os pais deve partir do princípio de que o diálogo entre essas duas esferas ajudará no desenvolvimento escolar. Segundo Silva (2010, p. 157), no processo de colaboração, familiares e profissionais devem estabelecer uma parceria de igualdade, sendo que a colaboração afetará tanto o aluno e sua família como a atividade profissional.

Diante da pesquisa e da apresentação do gráfico 6 acima,

foi possível verificar que 45% dos entrevistados disseram que existe um contato entre a escola no que concerne a diálogo e respeito, 30% informaram que é aprazível a relação e 25% informaram que o contato é mínimo.

Não importa a quantidade de vezes em que os pais se sentam com os professores para discutir a situação do filho na escola, seu aprendizado, seu acompanhamento, por mais que aconteçam periodicamente. A questão é como anda esse diálogo sobre quem precisa de mais ajuda, o aluno.

É importante observar nesse gráfico que o diálogo e o respeito vêm sendo mantidos significativamente, o que deixa o aprendizado numa situação melhor. É lógico que não se pode concluir que todas as escolas agem e/ou tem pais na mesma proporção, o que varia muito de escola para escola.

Os pais deixam de ser sujeitos passivos e assumem o papel de protagonistas no processo de adaptação e de resposta às

necessidades do filho. (SILVA, 2010, p. 156)

Mas o controle da relação entre pais e escolas deve ser sempre mantido no sentido de auxiliar o aluno a ter um desempenho ainda melhor. Evidentemente muitos pais têm uma vida muito ocupada, como alguns falaram em entrevistas informais, mas que não podem se manter a parte de uma situação e realidade que são deles.

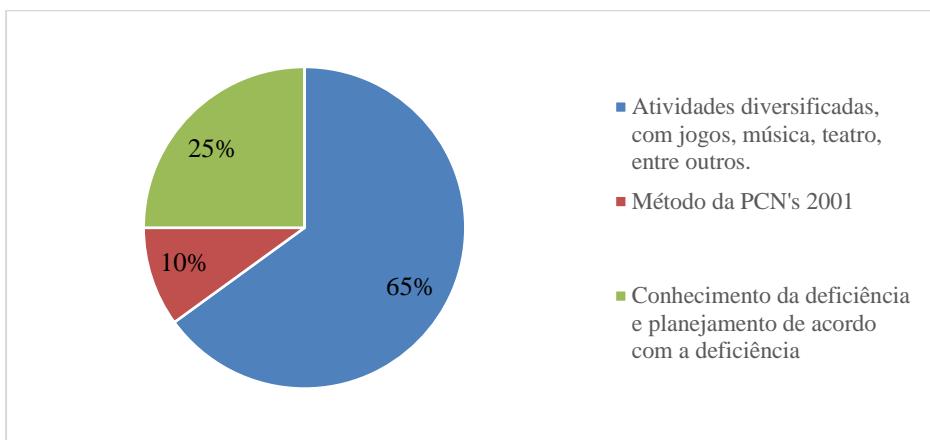
A relação escola e família vem sendo trabalhada junto a todas as ações que envolvem uma relação de harmonia e respeito frente aos portadores de deficiência, onde cada profissional precisa ter uma relação amigável entre pais e acima de tudo o respeito profissional, onde cada uma apresente seu tipo de abordagem frente aos familiares. Para Batista (2007, p.134), a família é o carro chefe na hora da inclusão deste aluno no ambiente educacional.

Embora tivera sido percebido na realização da pesquisa, torna-se aprimorável expor nesta pesquisa o método adotado pelas

escolas participantes. Os métodos dos PCN's têm um respaldo bastante importante para o desenvolvimento em favor das crianças portadoras de deficiência, foram utilizados métodos mais atuantes e de acordo com a realidade de cada escola, como mostra o gráfico 07.

No intuito de possibilitar maior integração entre o que é proposto e o aluno que fará parte dessa proposta, é de extrema importância que haja um alinhamento entre os métodos adotados. Segundo Silva (2010, p. 162), é importante oferecer atividades que possibilitem que diferentes graus de complexidade, assim como conteúdos distintos, sejam trabalhados.

Gráfico 07: Métodos para aulas dinâmicas e inclusivas.



FONTE: Pesquisa realizada da escola selecionada para a atividade, ano — 2015

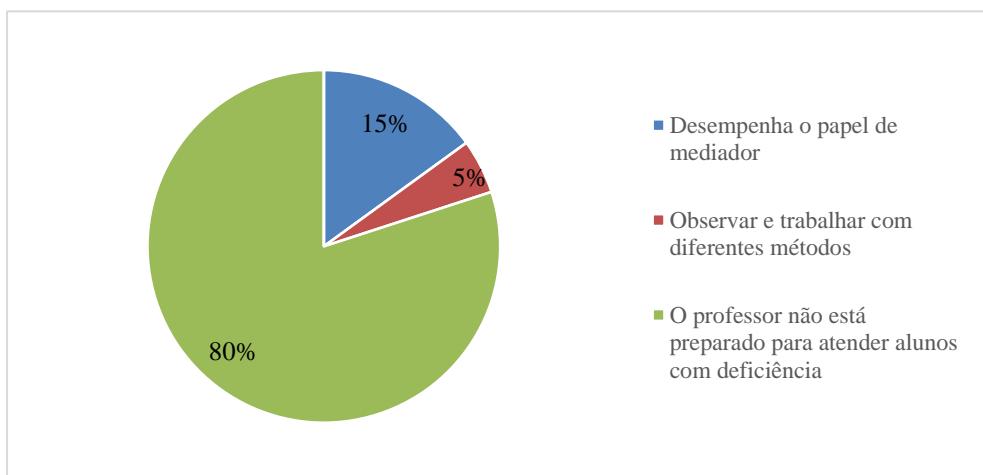
É feliz ver que o resultado com as aulas desenvolvidas conforme a realidade, o que torna mais dinâmica a aula, na implantação de jogos, música, teatro, fonte rica de desenvolvimento social e psíquica, como demonstra o gráfico 07. Seguindo o que os entrevistados informaram, 65% dos entrevistados informaram que as atividades são diversificadas, com jogos, música, teatro, entre outros. 25% informaram ainda que realizam atividades segundo a deficiência e 10% informaram que utilizam o método da PCN's 2001.

Partindo desse pressuposto, a criança portadora de

deficiência sentirá estímulo gradual na medida em que é inserida junto aos demais alunos numa dinâmica que envolva teatro, por exemplo. Um ponto de partida bastante evolutivo, ao agregar ao aluno não apenas o sentimento de apoio, mas o de que todos são iguais, e que são!

A relação de aulas e métodos é sugerida para todos os métodos e dinâmicas que precisa ser trabalhada com parceria nas PCN's 2001 apresentando uma dinâmica frente às aulas para portadores de deficiências. Cavalcante (2004, p. 17) visa os métodos frente ao processo de desenvolvimento onde uma precisa estar ancorada entre os diferentes tipos de deficiências.

Gráfico 08: O papel do professor na educação inclusiva



Fonte: Pesquisa realizada da escola selecionada para atividade, ano - 2015

O profissional deve ficar atento a tudo o que ocorre na sala de aula por ser ele o mediador do conhecimento e diagnosticar em sala as dificuldades encontradas entre alunos especiais e, assim, notificar junto à gestão para possíveis ajustes. Sobre a coleta, foi possível ter que 80% dos entrevistados disseram que o professor não está preparado para atender alunos com deficiência, 15% dos entrevistados disseram que o professor desempenha um papel de mediador e que 5% disseram que o papel do professor é observar e trabalhar com diferentes métodos, como o gráfico 08 demonstra. As equipes colaborativas são poderosas devido à sua capacidade de concentrar as habilidades de cada um dos envolvidos, de modo a promover sentimentos de interdependência positiva. (SILVA, 2010,

Para que o método tenha êxito em sua realização, cabe-se nesta pesquisa questionar sobre a opinião dos profissionais em educação qual seria o papel do professor nesta perspectiva inclusiva na escola dita tradicional. A tradicionalidade existente nos tempos pós-modernos tende a dificultar a visão das pessoas para com os professores.

Muitos familiares acreditam na universalidade do professor em formar o estudante em sua totalidade. Entretanto, o docente precisa compreender que o papel segundo as entrevistas é mediar o aluno no seu desenvolvimento.

Quando o assunto volta-se ao aluno especial, a situação precisa ser olhada de forma especial. Na pesquisa realizada quase que a totalidade dos professores respondeu que o professor não está preparado para atender alunos com deficiência. Mas essa não é culpa do profissional, mas de um sistema que prioriza números deixando a qualidade à mercê de teorias não resolvidas, segundo

fala dos professores.

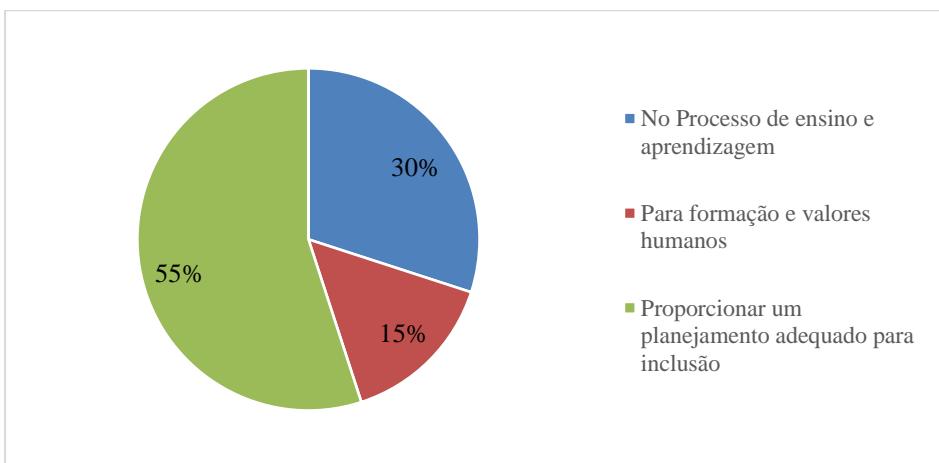
O papel do professor vem sendo trabalho junto à perspectiva de incluir e desenvolver ações voltadas para a inclusão, em que todos os profissionais e os portadores de deficiências precisam estar envolvidos em todas as ações. Para a inclusão, segundo Goffredo (1999, p. 16), é um motivo que implica no aprimoramento da formação dos professores para realizar propostas de ensino inclusivo e, também, um pretexto para que a escola se modernize, atendendo às exigências de uma sociedade que não admite preconceitos, discriminação, barreiras entre seres, povos e culturas.

É na Educação Inclusiva que se atende esses alunos com qualidade, mas tem que dar condições e formação aos profissionais também, para que os objetivos e o desenvolvimento aconteçam corretamente. Ao longo de todo o processo, a maioria dos profissionais envolvidos na educação não sabe ou desdenham a importância e a diferença da educação inclusiva. (NASCIMENTO, 2012, P. 04)

As barreiras por si só são um obstáculo para que o aluno especial não desempenhe suas atividades na íntegra, entretanto, a

família, como base e formadora que é, poderá dar o apoio necessário para incluir o aluno portador de deficiência em qualquer modalidade escolar de acordo com sua demanda.

Gráfico 09: A importância da família junto à escola.



Fonte: Pesquisa realizada da escola selecionada para atividade, ano - 2015

A família tem um papel fundamental no desenvolvimento do aprendizado do aluno especial. Segundo Silva (2010, p. 155), da abordagem centrada na criança passou-se à defesa da abordagem centrada na família, que busca trabalhar junto com esta os problemas que a criança apresenta, tentando ajudar não apenas os

estudantes, mas a ambos. Diante da pesquisa, tivemos que 55% dos entrevistados acham que a família junto à escola tem papel de proporcionar um planejamento adequado, 30% informaram que têm papel importante no processo de ensino e aprendizagem e que 15% acham que a família tem papel importante na formação de valores.

Pensando assim, foi direcionada uma questão para os professores opinarem qual a importância da família junto à escola na perspectiva inclusiva. Resultado que demonstra o gráfico 09, a questão gerou bastante diálogo sobre a família nessa ponte de inclusão.

A família deve encarar o processo inclusive com naturalidade no sentido de acreditar que todos devam respeitar os direitos dos outros. Que uma criança com deficiência não está invadindo ou deixando de lado qualquer que seja uma regra social, ao caber aos adultos elaborar um mecanismo que atenda este

público.

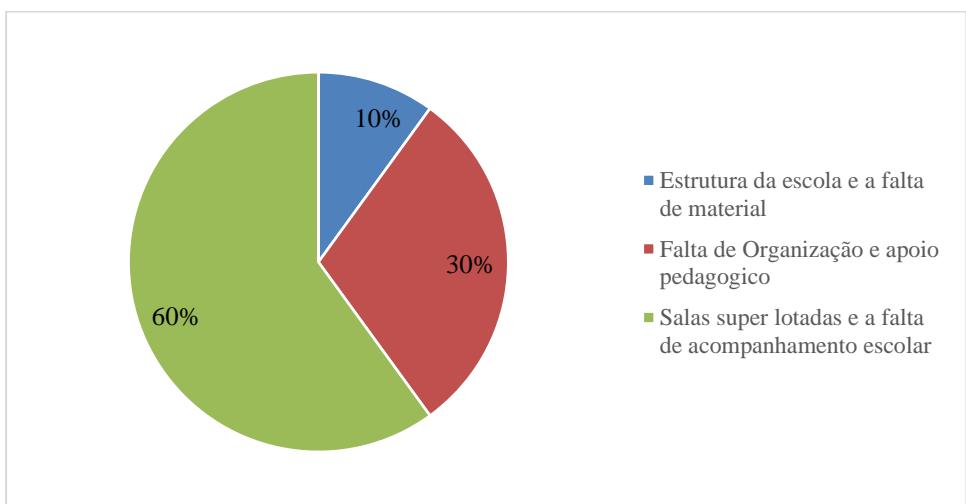
Partindo do que foi exposto acima, assim foi a maioria das respostas dos professores, que a família deve proporcionar um planejamento adequado para a inclusão. Claramente entende-se que se torna mais fácil lutar por uma causa que é sua e de direito, mas, quando o fato é de outra ordem, o processo de luta por igualdade dificulta-se.

Que a família tem um papel formador, todos os estudiosos da área sabem, mas que o ensino-aprendizagem deve também ser dirigido por ela é algo que ainda precisa ser dialogado e inserido no meio familiar.

A família tem sim um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem para o filho poder desenvolver um nível intelectual ainda mais sucessor do que seria caso ficasse apenas à base escolar. Pois além da formação humana, a família é nutrida do entendimento que só um familiar sabe com o outro.

A família é parte importante no processo de inclusão onde cada ser que envolve a família tem sua parcela. A inclusão é hoje um processo de respeito acima dos direitos a ser garantido por todas as pessoas no geral. Se a mesma for voltada as pessoas portadoras de deficiência, essa inclusão precisa ser trabalhada em todos os sentidos, seja ele social ou intelectual. Para Goffredo (1999, p. 24), a relação inclusão tem a ver com atos e atitudes que envolvem ações inclusivas. A relação de inclusão vem abordando métodos que facilitam a vida dos portadores de deficiências.

Gráfico 10: Dificuldades dos professores no dia a dia



Fonte: Pesquisa realizada da escola selecionada para atividade, ano - 2015

Para além das demandas diárias que dificultam o ofício dos profissionais da educação, existem outras situações que podem ser pontuadas como uma forma de expor o que realmente poderia ser visto com mais critério: a situação social das escolas. Pensando nessa situação escolar, foi elaborado um questionamento que propiciasse um debate sobre ele, assim, foi lançada a questão de que num ciclo onde envolve família, escola, alunos especiais, ensino-aprendizagem e avaliações da instituição, qual é a opinião de cada participante (professor/a) com relação às dificuldades do dia a dia em sala de aula.

Diante da pesquisa em que confirma o gráfico 10 acima, foi possível observar que 60% dos entrevistados informaram que as dificuldades dos professores em sala são as salas superlotadas, 30% acham que é a falta de organização e 10% acham que é a estrutura.

Não diferente de outros debates, surgiram várias

inquietações. Para suprir a ideia de cada professor, foi destinado um questionário contendo todas as questões expostas neste texto, e levando em consideração este último questionamento, a superlotação das salas e a falta de acompanhamento escolar são os pontos que mais evidenciaram nas respostas, tendo como ponto forte a negação de uma boa aula e um bom aprendizado.

Foi discutido sobre uma sala superlotada, o que pode causar de efeito negativo devido à falta de atenção tendo já a dificuldade de um aluno portador de deficiência com déficit de atenção. Será que é normal ter uma sala com mais de cinquenta (50) alunos para orientar, mediar e educar.

Talvez esta seja uma reflexão realizada por muitos pais e professores e que se torne uma questão chave para discutir todo processo educacional, seja com aluno especial ou não, pois a diferença, segundo alguns participantes, está na cabeça de quem acha a diferença.

Nesta relação, diversos fatores são de extrema importância para que a família, aluno e aprendizado aconteçam sem que as mesmas possam desenvolver ações a favor de ações. Para Freire (2006, p. 23), a escola precisa desenvolver ações que envolvam a família, a escola e os alunos portadores de deficiências envolvendo uma maior expectativa que desenvolve seu papel junto a sua relação de aprendizagens.

Construir um projeto político pedagógico, numa perspectiva de escola includente exige, portanto: reorientar radicalmente o currículo em todos os seus aspectos, desde a organização das turmas, a escolha de cada professor ou professora para cada grupo de alunas, a horários de aula, a seleção de conteúdos culturais que na escola ganham o nome de conteúdos pedagógicos, a escolha dos materiais didáticos, das metodologias e didáticas ao tipo de relações que se dão na sala de aula e no espaço fora da sala de aula, a relação da escola com as famílias das alunas e com a comunidade circundante e, até a repensar a avaliação em suas consequências na vida das alunas. (NASCIMENTO, 2012, p. 12)

A escola, na sua plenitude de fomentar o crescimento cognitivo dos alunos portadores de alguma deficiência ou não, no tocante ao que vem sendo aprendido em todos os processos

educacionais. Entretanto, para ter êxito, é necessário que todos os envolvidos estejam na mesma sintonia (pais, professores).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão social é um tema muito trabalhado em todos os aspectos, seja ele governamentalmente ou ao nível particular. Ambos os níveis vêm abordando de forma abrangente todo o contexto que envolve sua problemática, não pode fechar os olhos para a exclusão, pois ela é o caminho mais correto para se chegar à inclusão social que tem grande influência nos dias atuais que, por sua vez, vem buscando seu espaço através das relações que envolvem os direitos e deveres de todos que de uma forma digna precisam deste inserido na sociedade.

Com isso, este trabalho teve a importância de desenvolver uma relação entre todos os pontos que abordam a relação entre seu objetivo e sua Fundamentação Teórica, pois para seu objetivo o mesmo buscou criar situações que envolvesse o processo de inclusão a serviço da educação, a qual tem grande relação entre todos os pontos que envolvem a inclusão social dentro das escolas

públicas, pois a sociedade ainda tem grande preconceito sobre esta inclusão social.

Mas precisamos busca interagir de forma distinta para que não tenhamos tantas crianças fora da escola por conta de discriminação social, pois este é o caminho mais correto para que nossa inclusão aconteça a partir de meios que busquem a inclusão a serviço da sociedade. Toda sociedade requer seus direitos e deveres respeitados e a inclusão social é um direito de todos.

Todos estes que são vistos de forma preconceituosa por um grupo de pessoas que não tem dignidade para viver em sociedade. Já no quesito metodologia o mesmo teve como desenvolvimento uma relação entre todos os aspectos que abordam uma relação de pesquisa-ação na qual tivemos como resultado positivo entre os diferentes aspectos de relação entre os professores e os alunos que direto e indireto tem grande influência para que a inclusão social seja respeitada por todos.

Sendo assim, este trabalho teve uma grande aceitação entre os diversos pontos que abordam a inclusão social na escola pública, mas não podemos deixar de falar que a inclusão precisa começar dentro de nós, para mais tarde ganhar os diferentes aspectos da sociedade.

A escola hoje tem tido grande avanço no quesito inclusão a serviço da comunidade, pois o espaço passou a buscar o que antes era visto como coisa que não devia e nem era permitido dentro deste ambiente, mas com uma nova relação que vem mostrando o verdadeiro papel das pessoas dentro da sociedade, esta inclusão passou a ganhar novos conceitos. Dessa forma, a inclusão precisa acontecer a qualquer momento seja pelo simples fato que não devemos nunca excluir ninguém de seus direitos e deveres.

Sabemos que a inclusão está ligada à forma de educar e ao processo de ensino e aprendizagem de todos os envolvidos com a política educacional.

O fundamental neste dilema da desigualdade voltada para o sistema educacional e suas políticas, reconhecer a necessidade de adaptação às diferenças, mostrar que o estado não é neutro, é de fundamental importância a mudança nas instituições e na sociedade, fazendo com que a relação entre políticas e gestão analise o processo de transformação da história da sociedade, e que seja presente o fator comprometimento, o sucesso e avanços do diferente, incluindo cada vez mais cidadãos numa condição necessária para que estes não sejam impostos, mas imponham-se como resultado de uma consciência cada vez mais evoluída de educação e de desenvolvimento humano.

Dessa forma, as instituições e o estado responsáveis pela formulação e criação de normas políticas que contribuem para alcançar o sucesso de uma educação almejada por toda a humanidade, deve instigar a todos por esse objetivo de inclusão dos diferentes e transformar a realidade da nossa educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marina da Silveira Rodrigues. **Educação inclusiva: receber o aluno com deficiência na sala de aula não significa inclusão.** Disponível

em:<http://www.institutoinclusaobrasil.com.br/informacoes_artigos_integra.asp?Artigo=151> Acesso em: 08 jan 2016.

BATISTA C. e cols. **Educação profissional e colocação no trabalho. Uma nova proposta de trabalho junto à pessoa portadora de deficiência.** Federação Nacional das APAES. Brasília, 2007.

BRASIL. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência auditiva.** Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Física.** Brasília: MEC, 2007.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil.** MEC/FAE. Rio de Janeiro, 1988.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº9394/96.** Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Brasília Distrito Federal, 1997.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Apresentação.** Brasília, DF: MEC/SEF, 1996.

BRASIL. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão.** Revista Nacional de Reabilitação, ano 5, nº 24, pp. 6-9. São Paulo, jan. 2002.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** MEC/SEDH. Brasília: ACS, 2005.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96. Cadernos dos Conselhos Escolares. Caderno 2º “Conselho Escolar e a Aprendizagem na Escola”.** Brasília: Ministério da educação, v.5, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação e Dá Outras Providências - Lei nº 10.172/01.** Brasília: Ministério da Educação, 2001.

BRASIL. **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010.** *Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).* Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

CAVALCANTE, Meire. **Aparências Diferentes? Talentos também.** Revista Nova Escola. Ano XIX, nº173. São Paulo: abril, junho/julho, 2004.

CAVALCANTE, Meire. **Aparências Diferentes? Talentos Também. Revista Nova Escola.** Ano XIX, nº173. São Paulo: abril, junho/julho, 2004.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado: pessoa com surdez.** Brasília: SEESP / SEED / MEC, 2007.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Necessidades Educativas Especiais – NEE** In: Conferência Mundial sobre NEE: Acesso em: Qualidade – UNESCO. Salamanca/Espanha: UNES-CO 1994

FERRARI, Márcio. **Paulo Freire, o mentor da educação para a consciência.** Disponível em:<<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/mentor-educacao-consciencia-423220.shtml?Page=all>> Acesso em: 12 fev 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança - Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido**, Ed. Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 23^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – Saberes Necessários a Prática Educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do Projeto Pedagógico**. In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação Para Todos. Brasília 2010.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

GLAT, R. **A Integração dos Excepcionais: Realidade ou Mito?** Mensagem da APAE, XV (49), 1998.

GOFFREDO, V. F. S. **Integração Versus Inclusão**. Disponível em: <HTTP://www.inclusão.com.br>. Acesso em 14.12.2015.

GOFFREDO, V.F.S. **Integração Versus Inclusão**. Disponível no site: www.inclusão.com.br. Publicado em: 20.09.1999. Acesso em 15.09.2015.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogo, Para Quê?** São Paulo: Cortez, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão promove a justiça**. Disponível em:<<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/maria-teresa-egler-mantoan-424431.shtml>> Acesso em: 10 fev 2016.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão ou o Direito de Ser Diferente**. Revista Construir Noticia. Ano 03. Nº 16, Maio/Junho,

2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar- O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2006.

MARQUES, Lílian Pinto. Definições. In: Resende, A. P. C. de; Vital, F. M. de P. (Org.). **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada.** CORDE, p.29. Brasília, 2008.

MARQUES, Mário Osório. **Projeto Pedagógico: A Marca da Escola.** In: Revista Educação e Contexto. Projeto Pedagógico e Identidade da Escola no 18. Ijuí, Unijuí, abr/jun. 2012.

MITLER, P. et al Special Needs Education. London, Koogan Page.1993.

MONEREO,C. In: Steenlandt, D. La integración de niños discapacitados a la educación común. (**A Integração das Crianças Incapazes a uma Educação Comum**) Santiago do Chile: UNESCO/OREALC, 1991.

MORAES, Sirlandia Gomes. **Desafios, implicações e possibilidades da educação frente à midiatisação da sociedade.** Disponível em: [http://www.anapolis.go.br/revistaanapolisdigital/wp-content/uploads/2013/03/Sirlandia-Gomes-de-Moraes.pdf](http://www.anapolis.go.gov.br/revistaanapolisdigital/wp-content/uploads/2013/03/Sirlandia-Gomes-de-Moraes.pdf) Acesso em: 10 jan 2016.

MORAIS, Regis de. **Sala de Aula, que Espaço é Esse?** 17º Ed. São Paulo: Papirus, 2003.

NASCIMENTO. Cristina de Fátima do. **Educação inclusiva no Brasil e as dificuldades enfrentadas em escolas públicas.** Disponível

em:<<http://www.redentor.inf.br/arquivos/pos/publicacoes/04122012Cristina%20de%20Fatima%20do%20Nascimento%20-%20TCC.pdf>> Acesso em 07 jan 2016.

OLIVEIRA, M. A. Educação Inclusiva: Limites e Possibilidades. São Paulo: Fiorin, 2004.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de e ADRIÃO, Theresa (orgs.). Gestão, Financiamento e Direito à Educação: Análise da LDB e da Constituição Federal. São Paulo: Xamã, 2001.

PIRES, Luciana. A Comunicação Inevitável: Questões de Como Trabalhar Com Crianças Com Dificuldades de Aprendizagem. São Paulo: Arco-íris, 2000.

Relatório Mundial Sobre a Deficiência. World Health Organization. The World Bank. São Paulo: SEDPcD, 2012.

RIOS, Terezinha. Significado e Pressuposto do Projeto Pedagógico. In: Série Ideias. São Paulo, FDE, 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi (tradução). Idéias práticas em apoio ao 3 de dezembro: dia internacional das pessoas com deficiência. Disponível em: <<http://www.cedipod.org.br/dia3.htm>> Acesso em 15 fev 2016.

SHWARTZAN, J. S. Síndrome de DOWN. São Paulo: Mackenzie, 1999.

SILVA, Aline Maria de. Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos. Curitiba: Ibpex, 2010.

SILVA, da Ribeiro Alauanda; SOUSA, Silva da Lucimar; LIMA, Sousa Walderlene. Gestão Democrática: uma Necessidade da Escola Atual. 2010. Disponível em: <http://www.webartigos.com>.

Acesso em: 11/08/2015.

STAINBACK, S. ; STAINBACK W. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

THONMPSON, M. W.; WINCINNES, R. R.; WILLIARD, H. F. **Genética Médica.** Rio de Janeiro: Guanabara Kogan. 1993.

VEIGA, Ilma Passos. **Projeto Político Pedagógico: uma Construção Possível.** Campinas: Papirus, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projeto e Relatório de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2005.

VIEGA, Ilma Passos Alencastro. **A Prática Pedagógica do Professor de Didática.** 5º. Ed. São Paulo: Papirus, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE – 01

Neste questionário encontra-se a apresentação e análise de dados recolhidos em relação ao questionário aplicado sobre educação inclusiva: no contexto social, educacional e moral, na luta pela igualdade, unindo escola e sociedade. Tais dados abordados foram feitos de forma organizada e sistematizada, revelaram-se adequados aos resultados obtidos permitiu conhecer dificuldades encontradas na educação inclusiva.

Questionário

- 1- Você tem aluno com deficiência?
- 2- Qual o déficit?
- 3- Quais os métodos utilizados para trabalhar com estas crianças especiais? Há diferenciamento para os demais alunos?
- 4- Quais as maiores dificuldades encontradas para desenvolver o trabalho com esses alunos?
- 5- A escola dá algum suporte pedagógico na elaboração de aulas para alunos especiais?
- 6- Qual a relação mantida entre professores e pais dos alunos especiais?

- 7- Surgiram métodos para desenvolver aulas dinâmicas e inclusivas com esses alunos especiais?
- 8- Em sua opinião, qual o papel do professor nesta perspectiva inclusiva na escola dita tradicional?
- 9- Em sua opinião, qual a importância da família junto à escola nesta perspectiva inclusiva?
- 10- Num ciclo que envolve família, escola, alunos especiais, ensino-aprendizagem e avaliações da instituição, qual a sua opinião como professora com relação às dificuldades do dia-a-dia em sala de aula?

APÊNDICE – 02

Termo de aceite para participação em pesquisa para professores.

Prezado(a) participante

Sou estudante do curso de mestrado ciencias da educação da UNASUR, Universidade Autônoma Del Sur em Assunção, Paraguai. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão da Professora Drª Lilian Arruda Ribeiro, cujo objetivo é coletar dados para subsidiar minha produção e colaborar para uma reflexão do tema abordado.

Sua participação envolve (responder um questionário).

A participação nesse estudo é voluntário e, se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem obsoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identifica-lo(a). mesmo tendo benefícios direto em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para produção de conhecimento científico.

Quaisquer duvida relativas à pesquisa poderá ser esclarecidas pelo pesquisador (ES) fone: (81)-98155-3942 ou pela

entidade responsável – UNASUR.

Atencioasamente

Nome assinatura do (a) estudante
data

Local e

Nome e assinatura do (a) professor (a) suprvvisor (a)/ orientador (a)
Matricula:

Consisto em participar deste estudo e declaro ter recebido
uma copia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante
data

Local e

APÊNDICE 03



ALIANÇA NACIONAL DA FORÇA

Termo de Conduta e Ética

A Aliança Nacional da Força, doravante citada apenas como ANF, está comprometida com os princípios de conduta e ética que devem ser seguidos por todos os seus membros, afiliados, associados, prestadores de serviço, clientes, assessores, representantes, convidados e contratados em quaisquer eventos sob sua organizacional, a fim de estabelecer e manter altos padrões de profissionalismo.

Instituição do Código de Conduta e Ética

A ANF, em relação a seus membros e clientes, tem o dever de: estabelecer normas de conduta e ética; determinar o que constitui motivo para a tomada de medidas disciplinares; impor disciplina a quem, após consentir com o presente Termo de Conduta e Ética, não o cumpra em parte ou integralmente.

A aplicação de medidas disciplinares serve para sua própria proteção, bem como manutenção das normas e princípios da ANF de propagação da paz, do conhecimento e da humildade.

Ao assinar o presente Termo de Conduta e Ética você consente que leu e concorda com as diretrizes abaixo enumeradas como princípios gerais, a fim de aderir a um campeonato ou curso organizado e realizado pela ANF:

- 1) Zelar por si próprio, por sua integridade e pelo próximo, colocando o respeito em primeiro plano sempre.
- 2) Dirigir-se de forma respeitosa a professores, representantes da ANF, atendentes locais, convidados, prestadores de serviço, contratados e colegas de campeonato ou curso.
- 3) Buscar a excelência em todos os aspectos do seu aprendizado, emitindo perguntas e comentários pertinentes, sanando suas dúvidas sempre de forma aberta, clara e respeitosa.
- 4) Jamais menosprezar ou ofender, verbal ou não verbalmente, qualquer colega de curso por razão de julgamento pessoal das suas dúvidas e observações, deficiência de aprendizagem ou execução.
- 5) Respeitar diferenças de idade, sexo, credo, raça, cor, nacionalidade, idioma, gostos pessoais, procedência profissional e acadêmica, tratando todos como iguais que são.
- 6) Abster-se de quaisquer atos de violência física e verbal a qualquer momento.
- 7) Abster-se do uso de bebidas alcoólicas, tabaco ou quaisquer outras drogas no decorrer do campeonato ou curso.
- 8) Fornecer informações verdadeiras e atualizadas para fins de segurança e bom andamento do campeonato ou curso, sempre que solicitadas.

Aliança Nacional da Força – CNPJ 11.077.508/0001-04 – Rua Bogos Tavitian 81 – CEP 06030-320 – tel 11-3681 0178 – Osasco, SP – www.anf-powerlifting.org e-mail: anfpowerlifting@gmail.com



ALIANÇA NACIONAL DA FORÇA

9) Aceitar retirar-se e abdicar pacificamente da participação em um campeonato ou curso da ANF em caso de inobservância dos princípios gerais acima, sem possibilidade de ressarcimento financeiro de qualquer ordem.

Conduta e Ética

A) É responsabilidade de cada pessoa que se submete ao Código de Conduta e Ética da ANF cumprir-lo todo o tempo, em conformidade com os princípios gerais apresentados como diretrizes para o direito de adesão.

B) Atos ou omissões que violarem o Código de Conduta e Ética devem ser motivo para ação disciplinar, se o ato ou omissão ocorrer durante uma atividade associada aos assuntos da ANF.

Ações Disciplinares

Má conduta deve ser motivo para:

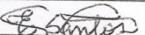
1) Rescisão de adesão pela ANF, culminando em afastamento imediato do campeonato ou curso em que participa; e/ou

2) não ressarcimento de quaisquer valores já pagos a título de inscrição, afiliação, contratação ou parcela do curso; e/ou

3) perda do direito a emissão e recebimento de certificado de participação e/ou conclusão do curso contratado.

Sua assinatura abaixo confirma que você leu e concordou com o Código de Conduta e Ética da ANF, concorda em respeitar as diretrizes aqui estabelecidas, e comprehende que a adesão a este Código de Ética e Conduta é unicamente de sua responsabilidade como participante de um campeonato ou curso da ANF.

Nome: Edma da Silveira Santos

Assinatura: 

Local e Data: Brejo da M. de Reis, 16/ Maio /2016

Aliança Nacional da Força - CNPJ 11.071.508/0001-81 - Rua Borges Lavinha, 51 - CEP 06030-320 - tel 11-316819178 - Osasco, SP - www.anf.com.br e-mail: anfplus@time.com.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aceitação, 23

Aforismo, 40

Aluno, 29

Âmbito, 126

Aprendizagem, 26

Atendimento, 41

Atualidade, 28

Autêntico, 40

Autismo, 131

Autoridades, 51

B

Bullying, 23

C

Capacitação, 45

Capacitadas, 52

Cidadania, 54

Cidadão, 36

Coletivo, 40

Compreensão, 29

Comunicação, 23

Comunidade, 14

Contemplação, 27

Corretiva, 127

D

Declaração, 55

Deficiências, 14

Deficiências, 15

Desenvolvimento, 14, 35

Dificuldades, 14

ÍNDICE REMISSIVO

Educação inclusiva: no contexto social, educacional e moral, na luta pela igualdade, unindo escola e sociedade

Dinâmicas, 134	Experiências, 27
Direitos, 28	Explorar, 26
Discriminação, 23	Expositoras, 137
Discussão, 14	F
Diversas, 15	Facilitador, 35
Dominação, 65	Facilitadora, 29
E	Família, 30
Econômicos, 127	Figura, 38
Ensino, 29	Finalidade, 22
Epistemológicas, 29	Futuro, 14
Esforço, 40	G
Espaços, 46	Governamental, 22
Especializados, 138	H
Estrutura, 52	Habilidades, 60
Estudantes, 52	Humano, 15
Excepcionalmente, 40	

I

Igualdade, 50

Igualitária, 14

Importância, 24

Inclusão, 14

Indagação, 51

Independentemente, 53

Influência, 14

Instituição, 22

J

Justaposição, 27

L

Liberdade, 49

Limitação, 127

M

Mecanismo, 29

Mediante, 14

Metodológico, 14

Métodos, 50

Modalidade, 29

N

Necessidades, 14

O

Objetivo, 14

Obrigatoriedade, 40

Obstáculos, 38

Oportunidades, 36

P

Peculiaridades, 41

Pedagógico, 141

Pedagógicos, 46

Pesquisa, 14

Pessoas, 15

S

Planejamento, 154

Segmentos, 58

Poderes, 126

Separado, 51

Portadoras, 23

Serviço, 14

Q

Significativo, 128, 133

Qualidade, 25

Sistemas, 45

Quantidade, 25

Sistematizado, 60

Quantitativo, 133

Sociedade, 129

Questionamentos, 139

T

R

Titulares, 50

Realidade, 14

Transformação, 14

Referência, 14

U

Reflexão, 130

Utilização, 26

Regular, 40

V

Revolucionário, 65

Vigentes, 129

Vislumbrar, 29

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: NO CONTEXTO SOCIAL, EDUCACIONAL E MORAL, NA LUTA PELA IGUALDADE, UNINDO ESCOLA E SOCIEDADE

Revista REASE chancelada pela Editora Arché.
São Paulo- SP.
Telefone: +55(11) 5107- 0941
<https://periodicorease.pro.br>
contato@periodicorease.pro.br

3L



1946753214860